

ARJ ACE

CNF

15887/88

1



CAPA DE ACE

Agência B7J	Nº ACE/Ano 015887/88	Total Fls 23	Sigilo W
-----------------------	--------------------------------	------------------------	--------------------

Fluxo do processo	Entrada na SE/SS Pesq Arq	Remessa ao DI	ACE Processado	Validade inicial TRES Anos
Data	04 MAI 88	09 MAI 88		Fração Responsável SE-14

ACESSO INICIAL									
B7J	B1C								

DOCUMENTOS COMPONENTES	Nº Ord.	Tipo/Nº/Órgão/Ano	Nº/NRG/Ano
		01	FM3/00017/140/B7J/88
	02		
	03		
	04		
	05		
	06		
	07		
	08		
	09		
	10		
	11		
	12		

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS

**ALGUMAS FOLHAS DESTA ACE NÃO APRESEN-
TAM BOAS CONDIÇÕES PARA MICROFILMAGEM.
OBSAD/CIM.**

ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO

O INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS (IPCN), através do MOVIMENTO "SOS RACISMO", vem se mobilizando com o objetivo de denunciar, no ano das comemorações do Centenário da Abolição, o crescimento, no RIO DE JANEIRO, da incidência de casos de discriminação racial e de preconceito contra o negro.

O noticiário de imprensa da área também vem publicando matérias alertando às autoridades para os fatos desta natureza, em que pessoas de cor, em sua maioria empregadas domésticas, são impedidas de terem acesso aos seus locais de trabalho pela porta da frente, pelos síndicos e até mesmo pelos empregados do edifício.

Segundo o noticiário, a incidência dessas ocorrências também têm sido verificada em lugares públicos, tais como hotéis, bares, restaurantes e casas de espetáculo, onde o acesso do negro tem sido dificultado por funcionários desses estabelecimentos.

Também a ação da instituição policial contra o negro tem sido criticada com veemência, em razão de o policial à falta de argumento convincente humilhar publicamente essas pessoas pela simples falta de documentos de identificação ou mesmo de comprovação de ocupação.

NAHILDO FERREIRA, Presidente da FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAFERJ) que estima em mais de 50% o percentual de negros entre os 2,5 milhões de moradores de 428 favelas cariocas, afirma que o recurso constantemente utilizado pela Polícia para enquadrar essas pessoas é o delito de vadiagem, considerado inafiançável pelo Dec-Lei Federal nº 3.688, de 03 Out 41 (Lei das Contravenções Penais).

ZI: BIC - SE 623

W/FM3/00017/140/B7J/250488

CONFIDENCIAL

Coordenadores do MOVIMENTO "SOS RACISMO" afirmam que recebem, diariamente, tres denúncias de discriminação contra o negro, e a despeito das providências governamentais com vistas a coibir a propagação do racismo, de forma aberta ou velada, prossegue a violência contra os direitos dos negros.

Durante os meses de Mar e Abr 88 a imprensa destacou pelo menos seis casos de discriminação, que envolveram desde artistas, religiosos, estudantes até empregadas domésticas, que segundo líderes do Movimento Negro, cometeram unicamente o crime de ser negros.

Segundo o Sociólogo WILSON ROBERTO PRUDENTE o grande desafio do MOVIMENTO "SOS RACISMO", apesar de dispor de advogados e sociólogos, é caracterizar o racismo. Declara, ainda, que ao receber denúncia nesse sentido o Movimento investiga e ouve tanto o discriminado quanto o discriminador.

Entretanto, prossegue dizendo o que se observa quanto ao acusado de discriminação é uma argumentação evasiva e não menos discriminatória, tais como: o traje, a suposta falta de poder aquisitivo ou o presumível complexo de inferioridade do negro.

Por sua vez, o sociólogo JOÃO ANDRADE ROMÃO aponta as deficiências e ambiguidade da legislação, além da evasão frequente de testemunhas, como um fator que agrava e dificulta a caracterização do racismo.

Prossegue dizendo que, no BRASIL, a discriminação é enquadrada apenas como Contravenção Penal pela Lei Federal nº1390, de 03 JUL 51 (Lei Afonso Arinos), e embora tenha sofrido reforma em 1985, ela somente se ocupou do acesso aos locais públicos, sem no entanto estabelecer uma sanção ao discriminador.

Considera racista a Lei Afonso Arinos, por ser contra o negro e se constituir em uma armadilha e procurando esclarecer esta posição, enfatiza que muitas vezes, o racismo é evidente,

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

mas impossível de ser caracterizado, se considerado os termos da lei.

Esta razão leva o MOVIMENTO "SOS RACISMO" a evitar a denúncia, resguardando, desta forma, a pessoa discriminada da desmoralização.

Finalmente, lamentando a ineficácia da legislação atual, conclui, dizendo que somente com o enquadramento da discriminação racial como crime inafiançável na nova Constituição é que o racismo acabará no BRASIL.

Criado em 1985, como MOVIMENTO "SOS NEGRO", o programa do INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS conta atualmente com a ação de voluntários de várias partes do País.

As comemorações do Centenário da Lei Áurea vêm sendo consideradas pelo MOVIMENTO NEGRO como "um golpe, um casuísmo contra o Movimento da época e que até os dias atuais não se alterou a estrutura social criada com a força do trabalho escravo".

As lideranças do MOVIMENTO NEGRO adiantam que as críticas aos festejos oficiais serão levadas às ruas no próximo dia 11 de Maio, quando serão realizadas manifestações dos negros no centro do RIO DE JANEIRO.

* * *


Z7: (A) UMPANFLETO

(B) COLETÂNEA DE JORNAIS DO RIO DE JANEIRO COM MATÉRIA ALUSIVA AO RACISMO


CONFIDENCIAL

Z7:A "05/23

1888 LEI AUREA 1988



NADA MUDOU



VAMOS MUDAR

MARCHA CONTRA A FARSA DA ABOLIÇÃO

PARTICIPE

11 DE MAIO - 16 HORAS - CANDELÁRIA

MOVIMENTO NEGRO - RJ

05V

13 DE MAIO
DIA NACIONAL DE
LUTA CONTRA O
RACISMO

"LIVRES DO AÇOITE DA SENZALA
PRESOS NA MISÉRIA DA FAVELA"

O samba da Mangueira mostra que está
avançando a consciência do nosso povo.

A verdadeira libertação
só se conquista com luta.

VAMOS MUDAR

A força da cultura negra, que atravessou
os séculos, é o fio condutor da energia
revolucionária que libertará
este País do racismo e da exploração.

MARCHA DO MOVIMENTO NEGRO
11 DE MAIO – 16 HORAS

RACISMO

O quanto dói ser negro no Brasil

Domingos Trevizan Filho

LOURO e de olhos azuis, o bancário Ricardo Gomes sente na carne o racismo por ser casado com uma negra. Izidinha Regina dos Santos, contratada como demonstradora de um festival de queijos e vinhos, acabou não podendo trabalhar. A secretária Matilde Dantas Aguiar só vê uma saída para não ser barrada em certos lugares: levar sempre um amigo branco. A costureira Maria Alexandra de Oliveira entende que até o futebol e o carnaval deixaram de ser opções de ascensão social para os de sua cor. Ricardo, Izidinha, Matilde e Alexandra não moram no Alameda que África do Sul. Vivem aqui mesmo, no Rio de Janeiro. E a Lei Afonso Arinos completa 35 anos revelando-se, ainda, um instrumento pouco eficaz contra a discriminação racial. Só agora um estabelecimento comercial foi interdito no Rio por barrar um negro. A socióloga Nora Teresa Binha acha que poderia ser pior: pelo menos no Brasil o preconceito vem das elites e, segundo ela, não é forte nas "classes operárias".

Desde que a Lei Afonso Arinos foi aprovada e entrou em vigor, no dia 3 de julho de 1951, os casos de racismo passaram a ser considerados casos de polícia. Mas, não são poucos os episódios que acontecem diariamente sem que seja registrada uma queixa-crime, porque as vítimas de racismo não acreditam na Justiça e preferem resolver sozinhas seus problemas, o que na maioria das vezes significa a humilhação e o desrespeito não só à lei, mas principalmente ao ser humano.

O flagrante ao infrator da Lei Afonso Arinos não custa ao contraventor mais que Cr\$ 200 mil ou Cr\$ 300 mil, mesmo que seja comprovado e confirmado por testemunhas. Embora a lei já tenha 35 anos, não se tem notícias de um caso sequer em que alguém tenha sido condenado e preso pela prática do racismo, apesar de a lei prever penas de três meses a um ano de reclusão. No Rio de Janeiro, pela primeira vez um estabelecimento comercial foi punido por ter praticado um ato de discriminação racial.

Por ter proibido a entrada de uma negra, a administradora de empresas Djanira Pereira, a filha de 7 de janeiro, a dançarina Hely de Copacabana, foi interdita por 10 dias, numa decisão do ex-Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa. Mas, e os atos de discriminação racial que não chegam ao conhecimento da Polícia? No Rio de Janeiro, a "Capital Cultural do País", principalmente na Zona Sul da cidade, a discriminação está até na faixa da orla marítima.

Vítima do racismo e acostumada com olhares de desprezo, a vendedora Neusa dos Santos Rodrigues, 23 anos, diz que já perdeu bons empregos por causa da cor de sua pele. Ela acha que a discriminação é mais social do que racial, mas diz ser ferida os negros pobres ainda mais atingidos pela "falsidade da democracia brasileira". E não esconde sua revolta, não contra os brancos, mas contra a estrutura da sociedade.

— Minha revolta — desabafa Neusa — é porque ninguém tem coragem de barrar a entrada do Pelé ou Milton Nascimento, por exemplo, porque eles têm boa situação financeira. Por isso, descarregam tudo nos negros pobres, como eu. Hoje moro num bom apartamento na Zona Sul, mas sinto que não fui bem recebida. L por causa da minha cor. Cansé de ver madame olhando atravessado quando eu entrava no elevador.

Condomínios

O racismo que não pode ser praticado livremente pelas ruas da cidade encontrou um refúgio onde ele passa quase impune,

sob a alegação de que são normas da casa. São os condomínios fechados, onde são registrados o maior número de episódios em que pessoas são impedidas de entrar porque são negras. Alguns permitem o acesso de negros, mas com uma exigência: que entrem pela porta de serviço, a destinada aos empregados dos apartamentos.

Num desses prédios da Zona Sul até a cantora Leti Brandão foi barrada na portaria social e encaminhada para a portaria de serviço. A infração à Lei Afonso Arinos ficou caracterizada, mas o síndico do prédio preferiu amenizar a situação dizendo que o porteiro não sabia que era a cantora e pensou que fosse uma empregada. Mas uma vez ficou tudo contornado numa delegacia policial e ninguém foi punido. Por isso, poucos tentam o apoio da Polícia. Outros até fogem dela.

— Para que reclamar para a Polícia se ela é a primeira a praticar o racismo? — pergunta o garçom Benedito Vieira Cardoso, 32 anos, que mora em Guadalupe e trabalha no Leme. — É só acontecer uma batida num ônibus que os primeiros a serem revistados são os negros, embora quase todos os policiais militares do Estado sejam crioulos. Eu mesmo já presenciei e já fui vítima dessa discriminação várias vezes.

Não são os negros pobres sofrem com o racismo. Também aqueles que, embora não sejam ricos, são conhecidos são humilhados pelas pessoas que não aceitam a presença deles. Foi o caso de Maria da Penha Ferreira, a Pina, que todo o Brasil viu pela televisão dançando samba com o Príncipe Charles, da Inglaterra. Acompanhada de alguns componentes da bateria da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, ela não pôde entrar na galeria de artes Villa Riso. A proprietária da casa, Cezarina Riso, disse que aquele era "um lugar sério e não para crioulos sambar".

Os tipos de discriminação não se resumem às piadas, proibições de entrada e não admissão em empregos. O bancário Ricardo Gomes, 27 anos, é louro, olhos azuis e diz que sentiu "na carne" o que é a discriminação racial depois que se casou com uma negra, Fátima do Nascimento Câmara, uma ex-manequim de 25 anos. Ele disse que seus próprios amigos perguntaram se teria "coragem de ter filhos crioulos". E aponta as praias caríacas como lugares de alta taxa de discriminação racial.

— É muito fácil perceber, basta prestar atenção. Quando os negros, que são maioria na cidade, começam a ocupar certa faixa das praias da Zona Sul, logo os garotões e as gatinhas brancas deixam de frequentar o local e formam grupinhos em outro lugar. Isso sem contar a dificuldade que os negros têm para conseguir bons empregos — afirmou Ricardo.

Boa aparência. Essa exigência comum nos anúncios de vagas de emprego é o fantasma para as pretensões dos negros, principalmente as moças. Proibidos de anunciar claramente a preferência por pessoas brancas, os anunciantes usam esse recurso para impedir a contratação de negros. Empregos para telefonistas, recepcionistas, secretárias e outras funções que exigem "boa aparência" são raros para as mulheres negras.

Em agosto do ano passado, a demonstradora de produtos Izidinha Regina dos Santos, 27 anos, foi impedida de exercer sua profissão no supermercado Carrefour, na Barra da Tijuca, por ser mulata. Estudante de Engenharia Industrial, ela foi contratada pela Vinícola Santa Rosa para apresentar seus produtos durante um festival de queijos e vinhos. A direção do supermercado rejeitou seu nome. Izidinha insistiu e recebeu do gerente a seguinte resposta:



A Hely aproveita a interdição para obras. O operário, negro, conseguiu a vaga com facilidade.



Para quem exerce o ofício de "burro sem rabo" não se exige "boa aparência" (sinônimo de "cor branca")

"Uma demonstradora de vinho não pode ser negra".

Reação

Como enfrentar as situações em que são discriminadas e impedidas de conviver na "sociedade dos brancos"? Brigar, discutir, procurar a Justiça ou simplesmente ignorar e fazer de conta que nada aconteceu? As vítimas do racismo reagem de maneira diferente, mas quase todas reagem de alguma maneira. Quando sai com o namorado, o suesto Ingor Shoit, 33 anos, a universitária Vilma Goulart, 24 anos, negra e bonita, diz que se sente "muito bem" quando as pessoas olham. Não porque ele é branco e tem dinheiro, mas porque ela gosta de saber que está "chamando atenção".

— Certa vez uma amiga me perguntou como eu conseguí esse namorado. Ora, eu falo inglês fluentemente, tenho bom nível intelectual e não sei qual o motivo que impede uma negra de ter os mesmos direitos que as outras mulheres — conta Vilma.

Cansada de sofrer e se magoar com os atos de discrimina-

ção racial, a secretária Matilde Dantas Aguiar, 28 anos, diz que encontrou uma maneira de se livrar dessas humilhações: andar sempre com amigos brancos, mesmo quando sai com outros negros. Ela acha que com a "proteção" dos brancos consegue se infiltrar em locais onde, para não ofenderem seus amigos, os preconceituosos não tentam barrá-la.

— É por isso que eu discordo das posições da maioria dos movimentos negros. Eles não entendem que a discriminação vem de uma pequena parcela da classe média e não surge o operariado, tão sofrido quanto todos os negros. A partir do momento em que começamos a evitar as pessoas brancas, estamos sendo ainda mais racistas que esses poucos brancos — explicou Matilde.

Mas nem todos os negros são dessa opinião. Pesquisador de suas raízes e culturas, Moisés Barreto Bispo, 25 anos, não admite a afirmação de que pequena parcela da população brasileira é racista. Segundo ele, a maioria dos brasileiros brancos e até uma parte da população negra discriminam e não entra a suas origens. Essa discriminação, na opinião de

Moisés, é uma imposição da estrutura social do Brasil, desde a Abolição dos Escravos, há quase 100 anos.

— De tanto a sociedade impor dificuldades para os negros, alguns deles chegam a fazer o jogo e dizem até que detestam negro, numa clara evidência de adaptação a meio. Mas o que mata mesmo é a falsidade. É a reunião em que você é cumprimentado com sorrisos e quando sai, fica um grupo de brancos falando mal da gente. Nós temos poucos direitos — reclama Moisés.

No lado de Moisés, a costureira Maria Alexandra de Oliveira, 55 anos, lembra que os negros não têm oportunidade de se destacar e cita o samba e o futebol como exemplo. "O carnaval, disse, era uma festa basicamente negra, principalmente as escolas de samba. Era uma maneira de conseguirmos destaque, mas hoje colocaram a mão e para os brancos desfilarem é status. No futebol é a mesma coisa. Hoje, a maioria dos jogadores da Seleção é de brancos oriundos da classe média, porque o negro é subnutrido e não tem condições físicas de competir com eles. Estamos cada vez perdendo mais espaço".

"Problema não é de Polícia"

A socióloga Nora Teresa Binha, 40 anos, não analisa o preconceito racial como um problema apenas de polícia. Formada pela USP, Nora viajou todo o Brasil pesquisando as culturas e costumes do nosso povo, viu vários tipos de discriminações e acha o preconceito racial uma questão cultural, problema grave e universal. Embora ache a Lei Afonso Arinos "uma demonstração de como o direito humano deve ser respeitado", ela lamenta que no Brasil "as leis sejam feitas para não ser respeitadas".

— Felizmente aqui o preconceito vem das elites e quase não atinge as classes operárias, porque em outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, os negros são discriminados em sua própria classe — afirma Nora Binha.

O fato de ser negra nunca atrapalhou a vida da socióloga e, segundo ela diz, as vezes até ajudou na sua aproximação das pessoas mais humildes, com quem ela mais manteve contato em seu trabalho. Ela conhece muitos grupos de cultura negra, mas lamenta que eles "estejam no caminho errado". Morando no Paraguai há quase 10 anos, ela está sempre no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo e, por isso, não quis comentar os casos de racismo no Rio de Janeiro, onde veio passar o carnaval.

— Eu acho apenas que todas as pessoas que se sentem discriminadas devem procurar a Justiça, mesmo que ela não surta efeito. Somente com insistência faremos as leis serem respeitadas. Os que pregam o distanciamento que os negros devem manter dos brancos são alguns grupos negros racistas que começaram a aparecer e muitos dos seus membros não são nem negros — acusou a socióloga.

No mercado de trabalho, segundo Nora Binha, está o principal problema que o negro encontra no Brasil. Citando uma pesquisa feita no ano passado, publicada nos principais jornais, que apontou o trabalho do negro como o mais pesado e barato, a socióloga disse que a maneira como os escravos negros foram libertados contribuiu para isso. Ela acha que a Abolição foi "uma jogada bem planejada" e que reflete na formação atual da nossa sociedade. E explica:

— A Princesa Isabel só assinou a Lei Áurea porque a mão-de-obra dos negros estava ficando mais cara do que a dos estrangeiros que vieram trabalhar na lavoura. Quando foram libertados, alguns negros ficaram em situação ainda pior, porque não tinham como se manter.

A ditadura de 21 anos foi, na opinião da socióloga, mais um atraso na tentativa dos negros de conseguir algumas conquistas, porque "num País onde não se tem democracia, as facilidades que os racistas têm são maiores, principalmente quando eles fazem parte de uma elite". No entanto, Nora Binha lembra que a discriminação pode tornar-se insustentável quando praticada em vários segmentos sociais e "ali não tem democracia americana que dá jeito".

Negro luta contra discriminação na escola

Um sistema educacional que ofereça condições para que as pessoas de baixa renda consigam elevar seu nível social, e que deixe de ser dirigido, unicamente, para a elite detentora do poder econômico, político e social, é a proposição do projeto Zumbi dos Palmares, lançado há um ano e meio pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, e gerenciado pela professora Maria José da Silva. Partem os promotores do Projeto, do princípio de que a condição fundamental para que uma sociedade seja democrática é a não existência de qualquer tipo de diferenciação ou discriminação, seja racial, social ou cultural.

O Projeto Zumbi dos Palmares visa a flagrar um processo de reconhecimento da cultura afro-brasileira como parte integrante da política cultural, e promover a incorporação no currículo escolar, do saber emanado desta cultura. Pretende-se que os alunos negros assumam sua própria identidade cultural, e todos reflitam sobre a questão racial na sociedade brasileira, de modo a permitir a crítica e a erradicação das práticas discriminatórias. O Projeto Zumbi dos Palmares colabora com o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros - Ipeafro, no curso sobre Conscientização da Cultura Afro-Brasileira, do dia 20 próximo a 25 de junho, na Uerj.

Educação elitista

De acordo com o documento que criou o Projeto Zumbi dos Palmares, o ponto de partida para inverter-se a situação do ensino no País tem de ser a atuação dos professores. Sendo um veículo de transmissão de ideologia das elites, diz o documento, a Educação conta com um agente para transmitir os valores deste grupo, o professor, que deve ter uma visão crítica da realidade, de modo a contribuir conscientemente para a superação da situação existente.

Sendo os valores da elite dominante brancos e etnocêntricos, a Escola, além de discriminar os indivíduos economicamente desfavorecidos, discrimina também o elemento negro. Portanto, o sistema educacional brasileiro é de natureza racista, porque existem mecanismos ideológicos que afastam, de maneira sistemática, o negro das reais possibilidades de ascensão social através da educação oferecida.

Os currículos são planejados como se não existissem desigualdades sociais e a sociedade fosse homogênea. Também os conteúdos não correspondem à realidade das classes populares, especificamente à realidade do negro. Tanto os currículos como os conteúdos possuem caráter marcadamente etnocêntrico,

valorizando apenas a cultura dominante. Assim, interiorizam nos alunos negros uma atitude de servilismo, negam a sua cultura e os despersonalizam.

Diante deste quadro, propõe o Projeto Zumbi que se busque os referenciais culturais de nosso povo; se trabalhe para a democratização da sociedade, combata a ideologia etnocêntrica da cultura dominante, resgate e valorize o patrimônio histórico e cultural brasileiro, especialmente o de origem africana e se reformule o currículo do ensino de 1º grau.

Racismo nas escolas

Aponta o documento que, no Brasil, a discriminação social do ensino é agravada pela discriminação racial. De acordo com o Censo de 1980, 48% dos negros não possuem, sequer um ano de escolaridade. Para os brancos, este número se reduz a 25%. Entre a população branca, quase 5% tem grau superior, contra 1% para a população mestiça e apenas 0,5% para a população negra. Nosso ensino é reservado quase exclusivamente aos filhos da classe média e, particularmente, o ensino superior destina-se aos filhos da classe alta.

Além de cumprir seus objetivos de fortalecer a opressão social, o ensino procura despersonalizar o brasileiro, especialmente o elemento negro, contingente numericamente majoritário no País. Longe do povo que lhe ensinaram a desprezar, isolado pelo individualismo que lhe inculcaram, sem a dimensão temporal fornecida pela sua História, sem conhecimento do seu espaço geográfico, vivendo de idéias importadas, corrompido pela decadência e pela violência da sociedade em que vive, o negro deve-se tornar um branco de pele preta, instrumento dócil do sistema.

Uma das preocupações que a Educação deve transmitir, diz o documento que criou o Projeto Zumbi dos Palmares, é a da unidade do povo brasileiro. A ideologia dominante sempre procurou acentuar as diferenças étnicas, religiosas e culturais existentes na sociedade brasileira, para dividir as pessoas, valorizando e transmitindo valores brancos, através da Educação veiculada na Escola. Assim, imprimiu uma atitude de desprezo, por vezes até mesmo de ódio, em relação a outras comunidades étnicas.

Educação para transformação

Entendem os organizadores do Projeto Zumbi dos Palmares que a



A professora Maria José Lopes, gerente do Projeto Zumbi dos Palmares.

criação de uma atitude de solidariedade entre as pessoas pressupõe a eliminação do individualismo e do sectarismo. Para se desenvolver uma atitude que promova a libertação de todos, a criação de gerações com um sentido coletivo de respeito pelo diferente, é indispensável que se supere idéias e preconceitos herdados. Unir todas as pessoas, independente de raça ou cor, requer que na nossa consciência morra o "güeto" para que surja a Nação. Para isso, a educação não significa apenas ensinar a ler e escrever, mas também educar para transformar.

O etnocentrismo, a atitude de desprezo com as outras comunidades resultam da ignorância, do desconhecimento de outros valores. Lembram os autores do Projeto que ninguém ama o que desconhece. A união significa conhecimento e compreensão. Por isso, os negros consideram seja a cultura popular,

especialmente a de tradição africana uma contribuição valiosa para a unidade nacional e integração de todos. As artes em geral, e o aproveitamento do poder de criação do indivíduo são apontados como capazes de fazer nascer um novo projeto de Nação.

O trabalho a ser desenvolvido junto aos alunos pelos executores do Projeto Zumbi dos Palmares deve dirigir-se ao chanamento para que assumam as tradições heróicas de todo o povo negro, frisando-se episódios como o combate da rainha Nzinga, a resistência dos quilombolas, a Revolta dos Alfaiates e outros episódios históricos em que apareçam a coragem e a bravura do negro. Paralelamente, o aluno deve ser informado da verdadeira história e da real situação do negro como força de trabalho. Deve ser informado das causas da grande concentração de negros nas favelas, alagados, bairros periféricos, presídios, hospitais psiquiátricos, delinqüência,

prostituição, desemprego e todos os demais problemas que afligem a população discriminada. A perseguição racial e a violência policial será também explicada pelo Projeto nas escolas. A religião - o candomblé e a umbanda - passará a ser explicada como um sistema de pensamento, uma concepção de mundo, como afirmação de identidade cultural do negro e não como subcultura, obscurantismo ou folclore.

Normas de conduta

De acordo com o Projeto, os trabalhos nas escolas deverão ser dirigidos através de normas como a criação de atitude de solidariedade entre as pessoas, que pressupõe a eliminação do individualismo e das práticas discriminatórias: desmistificação dos falsos valores transmitidos pela Escola, como por exemplo, a democracia racial; promoção de conhecimento do patrimônio cultural brasileiro de origem africana, em particular da cidade do Rio de Janeiro; orientação de alunos e professores no sentido de acumularem os conhecimentos empíricos populares e os analisarem de uma maneira crítica e objetiva; e promoção do conhecimento do verdadeiro papel dos negros na formação social brasileira, da sua verdadeira História e de sua situação no mercado de trabalho.

Outros pontos a serem abordados serão a criação de uma nova atitude do negro, de modo a emancipá-lo na sua consciência e no seu comportamento, e ao mesmo tempo, despertar nas demais etnias um novo comportamento e mentalidade em relação ao negro. Deverá o negro ser levado a assumir sua personalidade, sua realidade, sem nenhuma subserviência, para que saiba, em contato com o mundo exterior, assimilar criticamente as idéias e experiências de outros povos. Finalmente, propõe-se que se ensine a criação de uma atitude de respeito em relação ao trabalho, especialmente o manual e braçal e que se leve as pessoas a assumirem as tradições de luta autêntica dos negros do País e de todo o mundo.

Ipeafro

O curso sobre a Conscientização da Cultura Afro-Brasileira visa, segundo o Ipeafro, aprofundar o conhecimento e as reflexões sobre a cultura afro-brasileira, desde um ponto-de-vista próprio da comunidade negra. Isto implica numa visão crítica daquilo que a sociedade e o academicismo convencionais têm divulgado a respeito do assunto. O curso terá como enfoque a especificidade da cosmovisão, da filosofia de vida, da moral e ética, e da epistemologia da cultura afro-brasileira.

Será abordada uma bibliografia de textos básicos, complementada com as informações e experiências trazidas pelos conferencistas, todos praticantes e criadores da cultura afro-brasileira, e estudiosos desses temas.

O propósito básico do Ipeafro é contribuir para a correção da omissão existente em nosso sistema educativo no que se refere à memória, identidade, cultura e perspectivas dos africanos e seus descendentes no Brasil. Tal omissão funciona como um endosso tácito, segundo os promotores do curso, à perpetuação de teorias e práticas que inferiorizam tanto o homem e a mulher de descendência africana quanto a cultura vivida por eles. Isto conduz à legitimação do racismo e à marginalidade socio-econômica das populações de origem africana.

Raízes apagadas

De acordo com os dirigentes do Ipeafro, em virtude de sua limitação, as análises superficiais, o tratamento convencional acadêmico dispensado à experiência afro-brasileira, a reduz a um fenômeno estático - folclore no campo cultural, discriminações tópicas no campo social e outros fatores -, permanecendo ignoradas as dimensões maiores dessa experiência - filosóficas, políticas e socio-econômicas - em sua integridade vital e dinâmica, e, sobretudo, em sua relação com os demais contingentes do mundo africano.

Um dos motivos mais destacados dessa carência nos currículos vigentes, segundo os promotores do curso, está no implícito eurocentrismo que há séculos permeia e orienta os rumos do estudo e da análise acadêmicas em nosso País. Embora normalmente não articulado, por constituir-se uma orientação já consagrada e natural, o eurocentrismo significa a ênfase exclusiva do modelo intelectual greco-romano-europeu, com a consequente subvalorização, proscrição ou ignorância das tradições epistemológicas africanas, ou indígenas, somatírios do saber - ciência, tecnologia e filosofia - que desde milênios antes de Cristo vêm se desenvolvendo até os tempos modernos.

Estão programadas palestras da Iyalonzá Mona Bewyí, da Nação Angola-Congo, dos professores Abdias do Nascimento, Afonso Marques dos Santos, Ney Lopes, Leiza Gonzales, Helena Theodoro, Muniz Sodré, Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza e Djalma Corrêa, além da exibição do filme Egungun, seguida de palestra de seu diretor Carlos Blajblat.

AGARRA/ES
14-5-85

Negros voltam a reclamar da discriminação racial

Apesar dos 97 anos da assinatura da Lei Aurea, no dia 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel, extinguindo a escravidão no Brasil, a situação do negro é semelhante à da época. O comentário é de Cléber Maciel, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, que proferiu palestra ontem pela manhã, em comemoração à data. O professor afirmou que os negros ainda enfrentam discriminações e preconceitos e grande parte deles ainda vive em péssimas condições, mesmo numa sociedade chamada livre.

"De escravo a "homem livre", o negro entrou na sociedade dos europeus aqui instalados e foi morar na periferia, tornando mão-de-obra sem qualificação e empurrado para a marginalidade pelo modelo sócio-econômico", acentuou o secretário do Bem Estar Social, Joaquim Beato, ressaltando que nos bairros operários, orfanatos e nas penitenciárias é visível a maioria da população negra.

Segundo o diretor do Iesbem, Mário Gurgel, a abolição foi um ato de concessão da monarquia para prorrogar sua própria existência, não foi uma conquista do negro, que a obteve e não soube o que fazer dela. Hoje, afirmou Gurgel, o negro padece dos mesmos vícios do tempo da monarquia. Ele está integrado à marginalidade e é objeto dos preconceitos mais estultos. Os poucos homens negros que conseguiram desfazer o bloqueio e assumir posição de destaque na sociedade e nas atividades produtivas, não querem se expor à condição de negros, com receio de ficar em posição subalterna, junto à elite dominante".

Para Mário Gurgel, os vários grupos negros existentes estão em conflito, pois a validade de algumas lideranças não permite um movimento unido, para integrar o negro na sociedade. "Quase um século depois da abolição, o negro, hoje, está reduzido a uma situação de pária, pior do que a situação de escravo", destacou Gurgel, acrescentando que como escravo "pelo menos era considerado como força de trabalho e sua sobrevivência correspondia à sobrevivência dos seus senhores".

O professor Joaquim Beato afirmou enfaticamente que o negro ocupa hoje "a posição mais baixa na

Foto de Ailton Lopes



Beato: "O negro foi para a periferia"



Maciel: "A situação pouco mudou"

sociedade brasileira", resultado das restrições e discriminações a que é submetido. Para Beato, a não ser que os negros mesmos tomem nas mãos seu próprio destino, como comunidade, não se pode esperar muitas mudanças estruturais que venham a favorecê-los.

O secretário lembra que 45% da população brasileira são de negros, enfatizando que com a Assembleia Nacional Constituinte pode haver mudanças, mas as considera muito difíceis. "Somos em número suficiente para assumir um poder político muito maior na sociedade",

ressaltou Beato. Ele afirma que, para isso, é necessário que toda a comunidade negra coloque seu peso em defesa dos membros, para encontrar o caminho contra a discriminação.

"O preconceito nunca vai acabar", salientou o secretário Joaquim Beato, "já que o brasileiro é culturalmente racista antinegro - incorporou a mística do embaqueamento no país". Ele destaca ainda o fenômeno da violência simbólica, que acontece quando um negro alcança destacada posição "e passa a ver as coisas com olhos de branco".

"O 13 de maio não tem motivo para ser comemorado pelos negros, pois foi uma medida tomada pelos brancos para os brancos, como uma maneira de evitar as consequências políticas e econômicas que transformaram a nossa sociedade". Assim encara a lembrança da abolição da escravidão o professor Cléber Maciel. Para ele, na época, alguns líderes já livres questionavam a posição adotada pela princesa Isabel. Desde aquela data, a comunidade negra já elegia o dia 20 de novembro, data do assassinato de Zumbi, como o dia da luta pela liberdade do negro.

Maciel diz que a discriminação do negro está intimamente ligada à falta de condições que têm para poder participar. Ele acredita que a Assembleia Nacional Constituinte será apenas mais um momento de participação na vida nacional. "Não vejo com muita expectativa a participação da comunidade negra no processo de discussão", ponderou o professor, "devido à falta de líderes negros, causada pelo vagaroso processo de formação dessas lideranças".

Maciel afirmou ainda que a discriminação é visível de duas maneiras: uma na oferta de trabalho como o mecanismo necessário de mobilidade social, e a outra na violência policial, dirigida contra a população negra, que se reflete no contexto de toda a sociedade.

A libertação dos escravos foi lembrada ontem em Vitória com palestras e reuniões sobre a situação atual do negro. Pela manhã houve palestras na Ufes e à noite reuniões dos grupos de negros da Grande Vitória, principalmente na Serra, Campo Grande e Santa Rita.

Pesquisa mostra: negro trabalha mais e ganha menos

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

No mercado de trabalho brasileiro, o negro é discriminado. Uma pesquisa feita nos meses de julho, agosto e setembro, em São Paulo, pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), comprovou que o trabalhador negro trabalha mais horas que o trabalhador branco, mas recebe salários mais baixos, pelo mesmo tipo de atividade. O fato não ocorre apenas em São Paulo, mas em todas as regiões do País, como constataram as sociólogas Tereza Cristina Araújo, Lúcia Helena Oliveira e Rosa Maria Porcado, que em 1976 realizaram um trabalho de pesquisa para o IBGE. Na época o trabalho não foi divulgado, e em 1980 elas explicaram os dados e publicaram recentemente, em forma de ensaio, com o título "O Lugar do Negro na Força de Trabalho".

Segundo a pesquisa da Seade e Dieese, em média, o trabalhador branco ganha Cr\$ 4 mil 580 por hora, contra Cr\$ 2 mil 140 recebidos pelo negro, ou seja, menos da metade, pelo mesmo tipo de trabalho. Essa diferença se acentua na proporção em que aumenta o nível de escolaridade. O trabalhador negro, com formação universitária, ganha, em média, 40 por cento menos que o branco com o mesmo grau de escolaridade. Além de receber menos pelo mesmo tipo de trabalho, o negro enfrenta ainda, uma grande dificuldade para ser absorvido pelo mercado de trabalho, pois o empregador prefere empregar um trabalhador branco. As trabalhadoras negras sofrem duas vezes a discriminação, por serem mulheres e por serem negras. Essa desigualdade racial ocorre em todas as atividades econômicas, desde as manuais urbanas até as especializadas, passando pela indústria de transformação, construção civil e comércio.

O sociólogo maranhense, José Carlos de Souza Gomes, que desenvolve a tese "O Negro no Mercado de Trabalho", diz-se chocado com os resultados de seu trabalho, que foi desenvolvido na Bahia. Ele levou em conta, para a escolha, o fato de 90 por cento dos habitantes serem negros ou pardos, pois assim poderia ter uma imagem mais concreta do negro no mercado de trabalho. A pesquisa foi dirigida para o setor industrial e as categorias escolhidas a dos químicos e petroquímicos.

Fiquei surpreso ao constatar que também ali havia discriminação. O negro, quando se candidata ao emprego, já se apresenta em posição de subordinação, pois a discriminação começa no processo de seleção. Quando na oferta de emprego está incluído o item boa aparência, o trabalhador negro leva uma desvantagem de 60 a 70 por cento em relação ao branco, pois a aparência é um conceito branco, formulado pela sociedade, que já considera a cor um fator negativo - explica ele.

Burlar a lei

Conscientes de que a discriminação aberta dá margem a punição por lei, José Carlos Gomes afirma que os patrões ou encarregados do processo de seleção escamoteiam os resultados dos testes aplicados nos candidatos. Assim, embora o negro tenha qualificação, quase sempre é reprovado nos testes, sob alegação de que outros, com mais condições, foram os escolhidos. A discriminação, segundo ele, fica provada quando o empregador não rejeita os resultados dos testes. "O trabalhador é reprovado se não tem conhecimento da margem de erros e acertos que teve na prova", disse.

Opinião semelhante tem o Secretário Estadual de Trabalho e Habitação do Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Oliveira e Caó, para quem está claro que não é o fator educacional que qualifica as pessoas na auferição do rendimento ou na absorção pelo mercado de trabalho, mas a dimensão racial. Para Caó, a pesquisa da Seade-Dieese e o ensaio das três sociólogas, lançam nova luz sobre a necessidade de articulação entre o elemento raça e a divisão social do trabalho, para melhor se compreender problemas tais como a qualificação educacional e os limites da mobilidade

profissional, principalmente no setor de manual para não manual.

Menos Qualificadas

Os sociólogos José Carlos Gomes, Tereza Cristina Araújo, Lúcia Helena Oliveira e Rosa Maria Porcado, são unânimes em afirmar que as profissões menos qualificadas são exercidas em sua maioria, pelos trabalhadores negros. Para José Carlos Gomes, o negro está sempre subordinado ao branco, e essa subordinação se dá não só em relação a patrão/trabalhador, mas também em relação a trabalhador branco/trabalhador negro.

Se o patrão ou administrador discrimina o negro, o trabalhador branco também tende a discriminar. Essa discriminação está patente na distribuição de cargos. O chefe sempre é o branco. Essa ideia está associada ao fato de que o negro é visto ainda como escravo, como trabalhador braçal, enquanto o branco é o senhor. O trabalhador branco dificilmente aceita estar sob as ordens de um negro e quando isso acontece ele procura boicotar o serviço, não cumprindo com suas tarefas - afirma José Carlos.

O chefe é sempre branco. Essa ideia está associada ao fato de o negro ainda ser visto como um escravo, como um trabalhador braçal, enquanto o branco é o senhor

Tereza Cristina Araújo reconhece que o trabalhador branco tende sempre a ganhar muito mais. De 1950 a 1950, segundo ela, os negros não foram beneficiados em nenhuma das atividades econômicas, mas com a crise, pagaram um preço bem mais elevado que o trabalhador branco. Foram os primeiros a serem demitidos, embora os salários fossem mais baixos. José Carlos Gomes concorda com Tereza Cristina Araújo e cita como exemplo a empresa Isacianatos da Bahia, que cumprindo de terminações da matriz, na Holanda, demitiu parte de seus 600 empregados, por contenção de despesas. Dos demitidos, 70 por cento eram negros. "Com o reaquecimento da economia, o que temos visto é que o negro exerce as ocupações manuais, quase sempre sem vínculos com a Previdência Social", completa Tereza Cristina. O Secretário de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, diz ser muito baixa a média de trabalhadores negros que conseguem ascender profissionalmente.

Na chamada mobilidade ocupacional, os padrões adotados são distintos para negros e brancos, principalmente quando se leva em conta a origem paterna, e a ocupação manual urbana. Nas famílias brancas, em que o chefe ocupa esta posição, a frequência maior é que seus filhos ultrapassem a

barreira, enquanto no caso dos negros, a predominância é de que os filhos se destinem a ocupações próximas ou vizinhas da manual. Também se verifica, entre os chefes de famílias negros e brancos, uma diferença salarial. O chefe negro recebe menos 34 por cento que o chefe de família branco. O sociólogo José Carlos Gomes admite que não chega a 0,1 por cento a média dos trabalhadores negros que conseguem ascender profissionalmente.

Omissão

A questão da dispensa de trabalhadores negros, sempre que é preciso cortar nas empresas, é agravada, de acordo com José Carlos Gomes, pela omissão dos dirigentes sindicais, que empunham a bandeira de que a diferença é de classe e não racial. Caó também acha que no Brasil as lideranças sindicais e políticas nunca se propuseram a discutir a questão racial.

A direita sempre mistificou o problema, dizendo não existir discriminação racial no País e a esquerda, principalmente o Partido Comunista, se negava a discutir o problema alegando ser fator divisionista da classe operária. A questão racial ganhou status nacional na década de 30, com "Casa Grande e Senzala" e na metade dos anos 70, pois em consequência do milagre econômico se ampliou uma classe média negra que enfrenta fortes barreiras raciais. Esta classe é hoje a formuladora política-ideológica dos movimentos negros.

Segundo ainda Caó, o Partido Comunista só incluiu a questão racial em seu congresso de 83 e o primeiro partido a reconhecer como questão central a solução do problema racial foi o PDT. "No Rio de Janeiro o Governo Leonel Brizola tem uma política profundamente anti-racista, a que damos combate através dos programas sociais que se voltam para as famílias de baixa renda, onde predomina a população negra. A partir do momento em que estimulamos a organização político-comunitária, elas entram em movimento para lutar contra essas desigualdades no mercado de trabalho", afirmou Caó.

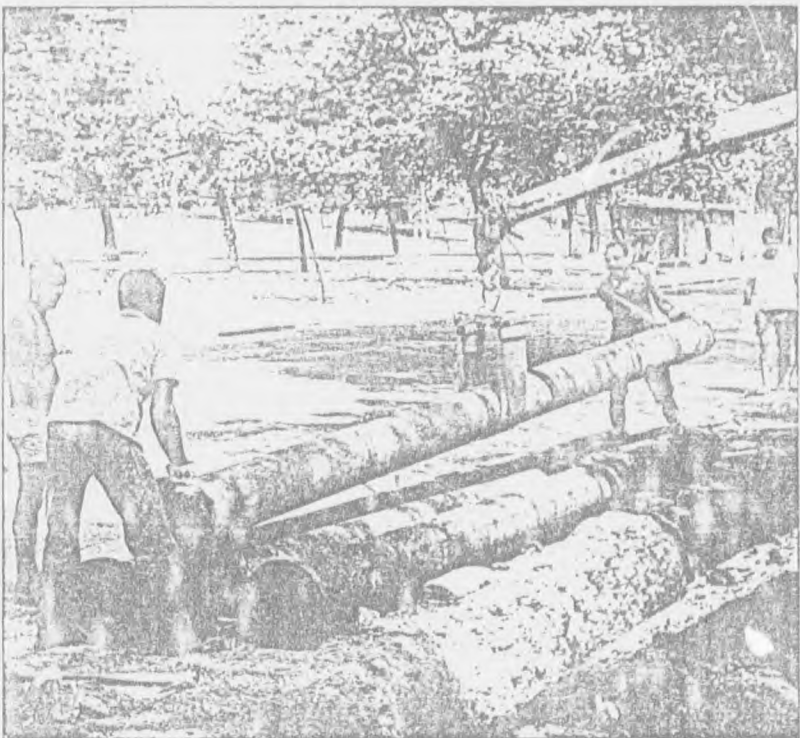
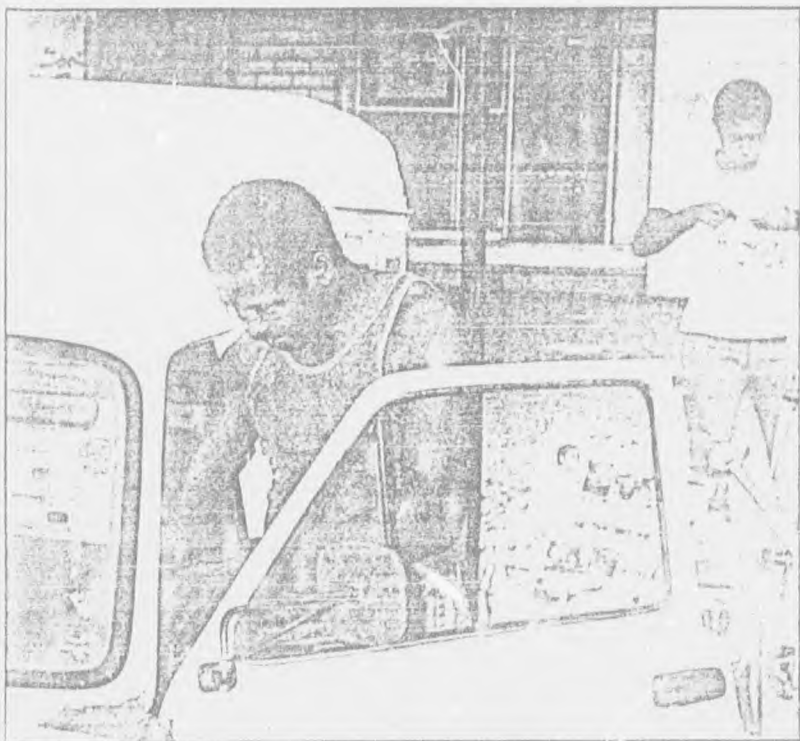
Ele reconhece, entretanto, que as mudanças no sistema são decorrentes de fatores de natureza político-institucional e para que ocorram, é preciso, primeiramente, reconhecer a existência da problemática racial e, num segundo passo, inserir na luta pela democratização o combate específico à discriminação e às desigualdades raciais. O Secretário de Trabalho vai ainda mais longe ao defender que a discriminação deve ser capitulada como crime contra a Segurança Nacional.

Caó ressalta que, sem dúvida, um momento importante para a discussão da questão racial brasileira é de definição de regras institucionais de combate à discriminação e à Constituinte. Ele considera indispensável que os movimentos negros procurem formar alianças políticas justas e necessárias com outros setores sociais, de modo a que a questão racial seja discutida num plano de prioridades no processo Constituinte.

Com uma posição antagônica à do Secretário de Trabalho e Habitação, o sociólogo José Carlos Gomes vê a questão racial ser tratada demagogicamente pelos partidos políticos, até mesmo pelo Partido dos Trabalhadores, que vê o negro não como classe, mas como questão secundária. Para ele, nem mesmo os movimentos negros estão preocupados com o trabalhador, voltando-se apenas para a cultura e as artes.

Se os movimentos negros não levam essas reivindicações a sério, não vai responder pelo negro", indaga, e ele mesmo responde: "Quem ia lá negro hoje não defende seus interesses. Os partidos políticos estão reproduzindo um modelo de relações verticalizadas de poder dominante".

José Carlos Gomes vê, inclusive, o negro intelectual como dominante em relação aos outros negros, e acusa o Estado de legitimar a desigualdade racial quando não permite que o negro tenha acesso a qualificação. "A discriminação não começa na fábrica, mas na estrutura social que não permite aos negros as mesmas oportunidades de estudo e trabalho", afirma.



Os trabalhadores negros, em sua maioria, exercem as profissões menos qualificadas, além de receberem salários mais baixos. Outra dificuldade encontrada pelos trabalhadores negros e sua absorção pelo mercado de trabalho, segundo dados da pesquisa Seade-Dieese, que revela que o empregador prefere dar emprego a um trabalhador branco, mas no caso de empregar um negro, geralmente pagará salários menores. A discriminação nas firmas e empresas se dá de forma velada, sob o título "boa aparência", no processo de seleção dos candidatos, quando o trabalhador negro sofre uma desvantagem de 70 por cento em relação ao branco. A mulher e o chefe de família negros, segundo as pesquisadoras, sofrem mais discriminação que o homem negro solteiro. O chefe de família negro recebe cerca de 34 por cento a menos que o branco.

Municipal pune 14 por racismo o 75. 15/00/66 seu coreógrafo

O coreógrafo Dennis Gray, da ópera Aida, que estreará no próximo dia 4, foi afastado do espetáculo. É o que garante o diretor-adjunto do Teatro Municipal, Eduardo Oberg, em correspondência enviada, ontem à tarde, ao Instituto de Pesquisas de Culturas Negras, uma das entidades que protestaram contra a discriminação racial sofrida por uma das bailarinas da ópera, Regina Rocha, no dia 9, durante o primeiro ensaio realizado no Teatro Villa-Lobos. Na semana anterior, Regina fora escolhida, com as outras nove moças, para preencher as vagas oferecidas para o papel de escravas etíopes.

A ação conjunta de denúncia de representantes do Sindicato dos Artistas, do Movimento Negro, do IPCN e da Vereadora Benedita da Silva já obteve êxito parcial. Além do pedido de afastamento do coreógrafo, as entidades farão reuniões com todos os movimentos negros, objetivando uma tomada de posição a ser levada ao Secretário de Cultura do Estado. O presidente do IPCN, Januário Garcia assinala, no entanto, que a direção do Teatro Municipal deveria ter "uma postura mínima de convocar uma entrevista coletiva, a fim de que o público tome conhecimento dessa decisão."

Repudiando a atitude dos demais bailarinos que não se prontificaram a testemunhar a favor de Regina, Januário lembrou que "há negros que jamais lutarão contra o racismo". Ele acrescentou que "o Teatro Municipal tem a tradição de ser uma casa racista, tanto que já teve denúncias de atores que recebem cachês menores que os demais".

Na versão de Regina, sua escolha foi feita pelo próprio Dennis Gray, durante o teste realizado no Teatro Villa-Lobos. Na semana seguinte, dia 9, os bailarinos se apresentaram para o primeiro teste. No momento da apresentação dos bailarinos, quando, então, haveria uma referência às escravas etíopes, o coreógrafo começou a ridicularizar as bailarinas negras chamando-as, em tom pejorativo, de crioulas e pretas, e menosprezando-as, com indagações assim: "Vocês estão pensando o quê? O Sargentelli deixa vocês lindíssimas, é só movimentar os quadris. Mas, aqui, é diferente". Cruzou os braços e disse: "Nós sempre pintamos nossas bailarinas de preto não sei por que isso agora."

Em carta à direção do Teatro Municipal, todavia, Dennis Gray nega que Regina tenha sido escolhida no teste, afirmando que a bailarina se juntou ao grupo, apresentando-se no dia do ensaio. O coreógrafo alega que "a candidata não reunia condições de acompanhar minha coreografia e ante a minha insistência em alertá-la para o fato de que a coreografia que concebi diferia, em estilo, das que está acostumada, simplesmente virou-se e deixou o recinto."

Racismo na ópera: "Não fui intrusa e passei nos testes"

145
 "Não fui nenhuma intrusa e só participei do ensaio porque fui aprovada no teste e já havia recebido, até, o roteiro dos horários de ensaios a que ia me submeter". Foi assim que a bailarina negra Regina Rocha, de 25 anos, revideou as declarações do coreógrafo Dennis Gray, do corpo de baile do Municipal, responsável pela coreografia da ópera *Aida*, de Giuseppe Verdi, que estréia no dia 4. Ele afirmou que Regina entrou no grupo sem ser escolhida.

Para provar o que diz, Regina mostrou uma cópia do roteiro dos horários dos ensaios. Ela contou que é modelo e que já participou de filmes, como *Jullombo*, e trabalhou em casa de shows, como o Scaia. Soube da chamada de pessoas negras, para fazer o papel secundário de escravas etíopes, na ópera *Aida*, por um amigo seu, que é, também, amigo de Dennis Gray: "Fui lá, fiz um teste e fui aprovada pelo próprio Dennis Gray: Fiquei toda feliz, porque era uma coisa muito boa, isso, para mim".

Mas, tudo aconteceu, porém, no primeiro dia de ensaio ela narra:

— Foi no dia 9. Estávamos ensaindo e notei que havia discriminação, pois sempre que ele se referia a nós, negras, falava em forma pejorativa, como por exemplo, quando ele disse, aos bailarinos brancos, que deviam ficar mais à esquerda, pois os crioulos iam ficar do outro lado, ou as pretas vão ficar aí. Eu fiquei quieta e só nos entreolhávamos. Depois, Dennis pegou uma cadeira, sentou cruzou as pernas e disse: "Nós sempre pintamos nossas bailarinas de preto; não sei por que isso, agora". Quando ele disse isso, peguei as minhas coisas e me retirei, indignada. Isso foi na metade do ensaio. No que ele pegou o grupo para ensaiar, foi muito pior. A maioria não tinha formação de balé clássico, como eu, e nem estava sendo exigido isso, caso contrário não teria ido lá. Ele dizia: "Coltadinhas, vão rir delas no palco. Elas estão ridículas. O Sargentelli faz vocês ficarem bonitinhas, mas lá é só movimentar os quadris."

Regina disse que os termos "crioula", "preta", não têm nada mais, e, é, até, carinhoso, mas "ele não falou nesse tom" —, frisou. A

Paolo Wrechter



Regina rebate o coreógrafo Dennis Gray e confirma a discriminação

bailarina lembrou, ainda, que a primeira coisa que quis fazer foi dar queixa à direção do teatro, logo que deixou o grupo, mas não encontrou ninguém. Voltou, depois, para falar com alguém do corpo de balé, para servir de testemunha do ocorrido e conta: "Eles me disseram que eu tinha que falar com as do grupo de escravas, porque havia passado por tudo comigo. Procurei-as e não se manifestaram. Apenas baixaram a cabeça e viraram para o outro lado. Somente um bailarino levantou o dedo e disse que viu tudo, mas foi logo chamado por alguém e se retirou na hora".

DISCRIMINAÇÃO E MEDO

"Uma coisa é ter consciência de racismo. Outra é ter consciência racial. Isso significa que uma coisa é ter consciência de democracia, outra é ter consciência democrática" —, disse o presidente do Instituto de Pesquisas de Culturas Negras, Januário Garcia, que enviou uma comunicação ao Conselho de Direitos Humanos do Estado, relatando o acontecido e pedindo decisões que estão sendo esperadas. Januário frisou que não pode deixar que discriminações racistas

sejam levadas desse jeito: "Fizemos uma reunião no teatro, colocando como condição *siue qua non*, o afastamento de Dennis Gray da peça, e isso ocorreu anteontem.

Para Januário, a postura de Regina foi de enfrentar, pois ela não admitiu a discriminação e se retirou da peça: "Nós temos no IPCN, o S.O.S. negro pelo telefone 252-6683, para receber qualquer denúncia de racismo. O Instituto é uma entidade suprapartidária, autônoma, com cerca de 1.400 sócios, na luta pelo aprimoramento das relações raciais no Brasil e combate ao racismo" —, frisou.

Regina mostrou que existem pessoas que têm medo de fazer denúncias ou tomar atitudes desse tipo e contou: "Quando procurei testemunhas para o meu caso, vi que as pessoas ficaram com medo de se arriscar, ficar malvistas, pois temos campo restrito para bailarinos e não se arriscam a prestar testemunho, publicamente. Eu assumi a minha postura e não vou voltar mais a integrar a peça, nem se for chamada, porque, afinal, não fui mandada embora".

— Mas, entre a ópera e a dignidade, eu prefiro a dignidade" — frisou.

"No Brasil não há preconceito de cor porque o negro conhece o seu lugar". "Ele é ótima pessoa, um preto de alma branca". "Aqui é uma democracia racial, onde o negro, desde que educado, tem as mesmas chances que o branco". Frases como estas são bem conhecidas do brasileiro e tentam, sem conseguir, esconder o conflito racial que vivemos praticamente desde a chegada do primeiro negro ao Brasil, vindo como escravo.

A cor do PRECONCEITO

Beatriz Coelho Silva

MESMO não chegando aos níveis da África do Sul (onde a população negra não tem sequer direito de escolher sua moradia) ou dos Estados Unidos (onde os negros, em décadas passadas, lutaram nas ruas para exigir seus direitos), o conflito racial no Brasil camuflou uma situação e impediu que o negro brasileiro reivindicasse seus direitos.

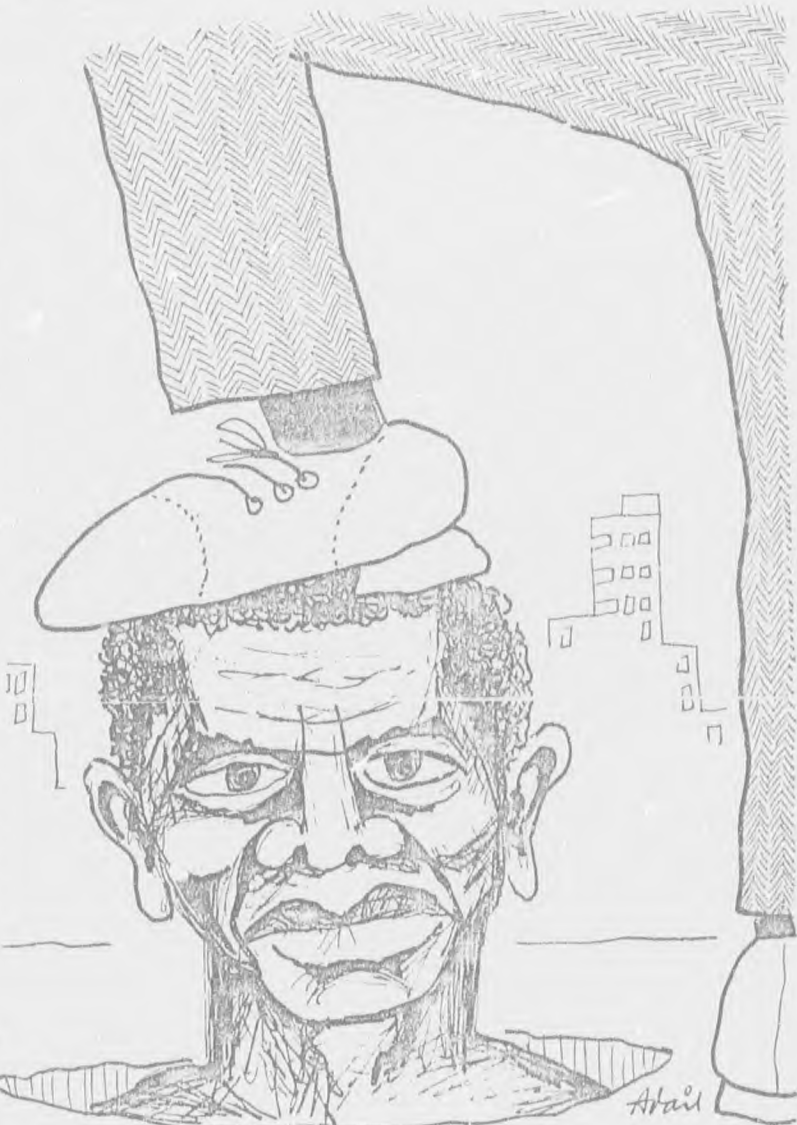
Atenta a esses fatos e com base em estudos de especialistas e na própria experiência, a Comissão Pastoral do Negro, da diocese de São João de Meriti, está lançando a Cartilha da Questão Racial, onde são abordados os problemas ligados ao negro brasileiro, desde a forma como ele é tratado nos livros de história (em consequência do papel que lhe foi dado na história oficial), até sua situação na sociedade brasileira, seja no mercado de trabalho ou no acesso à educação e ao bem-estar.

Nada do que tem na cartilha é novidade para os estudiosos do assunto ou para quem está atento ao problema. Sua intenção, inclusive, nem é esta. Segundo um dos coordenadores do trabalho, o franciscano frei David Raimundo, que trabalha na diocese de São João de Meriti, o público a ser atingido pela cartilha é o trabalhador alfabetizado, que quer se informar, mas não tem tempo para leituras nem dinheiro para livros. Por isso, a Cartilha, que tem tiragem inicial de 5 mil exemplares, a serem distribuídos nacionalmente, não custará nas livrarias mais que Cz\$ 40 (mais ou menos o preço de uma grande revista) e tem uma linguagem acessível (por vezes panfletária), com citações de exemplos sobre cada um dos pontos abordados.

Pouca coisa mudou até hoje para os negros

Pontos que são verdadeiros vespúrios, pois mexem com a própria tradição brasileira. Assim, no capítulo referente aos heróis, uma das figuras mais atacadas é o Duque de Caxias que, segundo a Cartilha, reteve os negros por mais tempo que o necessário na Guerra do Paraguai para evitar que esse contingente jovem e muito capaz se rebelasse contra a escravidão. Já a princesa Isabel quase é poupada, ao ser definida como "uma cidadã, que o serviço do sistema assinou a lei áurea" (em letra minúscula mesmo, ao contrário de outras leis que merecem maiúscula).

Mas, se fala de conflitos do



passado, a Cartilha dedica vários de seus 17 capítulos à situação atual do negro, no mercado de trabalho (citando dados do Dieese), na sociedade, ou até mesmo a ideologia racial predominante no Brasil, que nega a presença do negro e prefere mesmo chamar de brancos aqueles cuja pele não é tão escura. Sempre questionando no final de cada capítulo sobre a mesma situação junto aos possíveis leitores e sugerindo leituras da Bíblia para cada caso. Afinal, o livro coordenado e patrocinado por um órgão da Igreja Católica não deixaria de divulgar sua doutrina.

Mesmo assim, aponta a Igreja Católica como uma das respon-

sáveis pelo conflito racial brasileiro. Seja falando sobre sua omissão na questão dos Quilombos, no século passado, ou citando estatísticas que apontam haver uma ínfima parcela de padres e bispos negros, quando a maioria da população poderia ser considerada como tal.

No entanto, o próprio Frei David reconhece que a situação avançou muito. Em primeiro lugar, os negros já se reúnem para discutir seus problemas, sob as asas das Pastoras dos Negros, ou em entidades criadas para divulgar sua cultura. Além disso, Frei David considera uma grande vitória o estabelecimento do ne-

gro como tema da Campanha da Fraternidade em 1988, ano também do centenário da Lei Áurea.

Ele conta que esta foi uma das mais duras batalhas das comunidades religiosas ligadas aos negros porque, dentro da própria Igreja, havia uma resistência muito grande ao tema. "Foi preciso enviar carta não só ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes, mas também a cada um dos bispos que decidiram o tema. No final, conseguimos uma vitória de 41 votos em favor do tema O negro e a fraternidade, contra dois para os outros que falavam da mulher, do índio e de outros assuntos".

Os exemplos do dia-a-dia

Alguns negros não gostam de falar sobre o preconceito racial, mas todos se lembram de algum momento em que o sofreram na própria pele. Eis alguns exemplos:

● **Lecl Brandão, compositora:** "O que aconteceu comigo foi noticiado no Brasil inteiro. O porteiro do prédio de uns amigos meus me mandou subir pelo elevador de serviço, depois de ser autorizado a me deixar entrar. Como eu protestei, ele explicou que era norma do prédio: preto só pela área de serviço. Na mesma hora sai de lá, dei queixa na Fajã e chamei a Imprensa. Agora, tenho certeza de que isso vive acontecendo com outros negros e ninguém fica sabendo. Como souberam porque sou artista, conhecida e ouvida pelos meios de comunicação?"

● **Milton Gonçalves, ator:** "Já assisti tanto nesse assunto que procuro nem falar mais. As pessoas estavam dizendo que eu era racista e culpava os brancos por todos os males do Brasil. Prefiro não falar do meu caso específico, porque a coisa é geral, vem da história brasileira que é contada pela ótica do vencedor e precisa ser toda revista. Acho bom mesmo que haja esta cartilha, desde que não estimule o ódio entre as raças e sim a cooperação. Profissionalmente, tive a

sorte de fazer vários personagens que discutiram o negro na sociedade. E, ainda profissionalmente, tive sucessos e fracassos, como toda pessoa, só que meus fracassos muitas vezes foram explicados pelo fato de eu ser negro".

● **Jefra Silva, advogada e atriz:** "Tenho mais de 500 histórias desse tipo, mas ultimamente não têm acontecido. Uma delas foi há muitos anos, quando fui jantar com um casal de amigos. O porteiro não quis me deixar entrar pelo elevador social porque era norma do condomínio, apesar de o amigo que eu estava visitando ser um negro casado com uma branca. Discuti até entrar pelo elevador social, mas não quis ir adiante porque a culpa não era do porteiro e sim do síndico e dos moradores do condomínio, que davam uma ordem como aquela. E não adianta mudar as coisas por baixo se a estrutura em cima permanece a mesma".

● **Paulinho da Viola, cantor e compositor:** "Nunca sofri diretamente com o preconceito racial, a não ser por piadas ou indiretas, que não chegaram a ser uma agressão. Mas sei que o negro sofreu um processo de alienação e lavagem cerebral tão grande que, muitas

vezes, ele se ofende ao ser chamado de negro. A palavra está associada ao ruim, ao sujo, ao que não presta. Mas esse tipo de preconceito é o mesmo que existe em relação ao homossexual e à mulher. No meu caso pessoal, acho que nunca sofri muito o preconceito porque, no meio em que sempre vivi, há um entrelugar e não o grande de negos. Ali, a questão é: quem é quem?"

● **Jane Barboza, divulgadora:** "Nunca sofri uma agressão direta causada pelo preconceito, a não ser com frases do tipo 'Você é preta mas é bonita', 'é preta mas é limpinha', coisas assim. Também no trabalho eu nunca sofri, porque sempre me envolvi em coisas alternativas, jornal da faculdade, artistas independentes etc. O primeiro trabalho no esquenta é este na Odem. Agora meus pais já sofreram mais. Há pouco tempo, houve um exemplo. Meu pai, que é técnico em radiologia, venceu a eleição de síndico no prédio onde ele tem consultório. E o outro candidato, depois de esgotar os argumentos para vencer, falou sobre o problema de ele ser negro. Ele venceu a eleição, mas ficou arrezado. E de um jeito que nem conseguiu falar no assunto".

145 Maioria revela em pesquisa a existência de racismo no Rio

Roberto Benevides

O mito da democracia racial já não faz parte das crenças dos brasileiros. Uma pesquisa realizada em Nova Iguaçu e Volta Redonda pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), por encomenda dos Grupos de Religiosos Negros do Rio de Janeiro e dos Agentes Pastorais Negros, mostra que 89% dos entrevistados acham que existe discriminação racial no país.

Embora apenas 33% dos negros e mulatos admitam que já foram discriminados em alguma ocasião, o preconceito racial é tão forte que 38% dos negros e 31% dos mulatos das duas cidades se dizem brancos. Outro dado revelador: concentra-se na faixa de baixa escolaridade o maior percentual dos que não vêem discriminação racial no país.

Os brancos — Esta posição é mais comum entre os brancos, tanto em Volta Redonda, onde 24% dos entrevistados com curso primário não acreditam em discriminação contra negros e mulatos, como em Nova Iguaçu, onde este percentual sobe para 38%.

A amostra do universo para esta pesquisa foi calculada para que fosse ouvido o mesmo número de negros, mulatos e brancos nas duas cidades. Foram entrevistadas 796 pessoas em 408 domicílios, igualmente divididos entre Volta

Redonda e Nova Iguaçu. Todos os entrevistados eram negros ou mulatos.

A discriminação, em qualquer faixa de escolaridade, é mais sentida por negros do que por mulatos e, curiosamente, são as pessoas de menos escolaridade que se sentem mais discriminadas: 39% dos que têm até a 4ª série, 28% dos que têm até a 8ª série e 31% dos que têm o segundo grau ou curso superior já sofreram o preconceito na própria pele.

Os tipos de discriminação variam: negros e mulatos são proibidos de entrar em diversos lugares (20% em Volta Redonda e 10% em Nova Iguaçu), sofrem despeitos pessoais (36% em Volta Redonda e 20% em Nova Iguaçu), são julgados incapazes no trabalho (16% em Volta Redonda e 29% em Nova Iguaçu) e são proibidos de namorar e casar (9% em Volta Redonda e 18% em Nova Iguaçu).

Reação — Apenas 16% dos negros e 30% dos mulatos reagiram contra as discriminações — denunciando à imprensa ou brigando às vezes até fisicamente. Nenhum entrevistado chegou a fazer queixa a uma delegacia. É grande o percentual dos que se limitaram a chorar e nada fazer: 55% dos negros e 44% dos mulatos. E não faltam os que garantem que não ligaram para as discriminações: 9% de negros e mulatos.

O dado mais revelador da pesquisa, porém, é a resposta de brancos, negros e mulatos a uma inocente pergunta feita pelos entrevistadores

depois de mostrarem dois quadros idênticos, com uma mulher empurrando um carrinho de compras. A diferença: num quadro, a mulher é branca; no outro, é negra. A pergunta: Quem é? O que está fazendo?

Em Nova Iguaçu, disseram que a negra é empregada e que a branca é dona de casa 91% dos negros, 88% dos mulatos e 78% dos brancos. Em Volta Redonda, deram a mesma resposta 85% dos negros, 82% dos mulatos e 83% dos brancos.

Fraternidade — Esta pesquisa foi encomendada por religiosos e leigos negros interessados em reunir subsídios para o trabalho que farão na Campanha da Fraternidade de 1988, que terá como tema *O povo negro*. Segundo Sérgio da Silva Martins, agente da Pastoral Operária e dos Negros em Caxias, a pesquisa mostra que "a questão racial é real no Brasil, nada mais tem de sutil".

Os líderes negros católicos vão divulgar estas informações através de um audiovisual e de um livreto, pois querem — segundo Sérgio — "aprofundar o espaço desta discussão dentro da Igreja Católica". Sérgio e o seminarista Sebastião Oliveira, de Volta Redonda, trabalharam na criação e na coordenação da pesquisa junto com as historiadoras Carla Costa Teixeira e Vânia Sant'Anna e o programador Orlando Castro, todos do Ibase. O estatístico Marco Antônio de Sousa Aguiar, especialista em metodologia de pesquisa, assessorou a equipe.



Ontem, todo serviço de vigilância e prevenção era feito por policiais brancas

PM tira policiais negras do policiamento do aeroporto

¹⁴⁵ O Comando Geral da Polícia Militar está retirando do policiamento do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro as PMs negras simplesmente porque a cor de suas peles traz uma imagem negativa para a corporação e para os turistas que visitam a cidade maravilhosa.

A denúncia foi confirmada ontem por várias PMs da Companhia Feminina após terem sido informadas, numa reunião no 17º BPM (Ilha do Governador) onde estão lotadas, que 8 das 30 praças do efetivo foram remanejadas do serviço - maioria das quais de cor - e outras sete, também negras, seriam removidas para a Companhia Feminina da corporação, no Humaitá, "para melhorar a impressão no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro".

A medida, determinada pelo Chefe do Estado-Maior da PM, Coronel Jorge Francisco de Paula, causou indignação às policiais militares de serviço no Aeroporto. "Foi por pura discriminação racial" reagiu

uma delas, branca, de serviço, acrescentando que a notícia já vinha circulando há um mês na sede da Companhia Feminina, no Humaitá, confirmada ontem na primeira rodada de transferência.

Bastante chateada, a oficial Campbell chegou a chorar ao comunicar ontem no 17º BPM às suas subordinadas que o remanejamento não tinha nenhum caráter punitivo e que havia sido decidido "por ordens superiores". Das 30 policiais militares do efetivo do Aeroporto Internacional - são 10 de serviço por dia - a metade era composta por mulheres de cor. Das oito remanejadas ontem, seis eram negras, e duas brancas, uma removida a pedido e a outra para camuflar a clara discriminação racial que chegou ao Comando da PM, revelou uma outra policial feminina de serviço no Aeroporto.

O assessor de Comunicação Social da Infraero, Gilson Campos, procurado a respeito, revelou que não partiu da empresa responsável pela

administração do Aeroporto Internacional nenhum pedido de afastamento de policiais militares negras do serviço, medida que ele considerou "discriminatória e que não corresponde com a filosofia da Infraero".

O efetivo da tropa feminina que tira serviço no aeroporto é composto de "voluntárias" removidas da Companhia Feminina para o 17º Batalhão desde o dia 1º do mês passado. Para caracterizar a discriminação do Comando da PM, as policiais de serviço ontem informaram que na leva da remoção para o aeroporto somente foram inseridas mulheres brancas e que o próprio comando do 17º BPM vinha sendo pressionado para acelerar a remoção de algumas integrantes da tropa.

"Estou com medo até de ir à praia" - respondeu uma policial feminina sobre a denúncia, acrescentando que a discriminação racial atingiu também as mulheres brancas da Companhia Feminina.

OD - 17/12/87 - PÁG 26

PMs mulheres denunciam racismo

145 Racismo no Brasil começa na entrada, mais precisamente no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, onde o critério para a lotação de policiais militares femininas exige que elas falem uma língua estrangeira para melhor atender aos turistas. Esse critério, segundo denúncia das PMs que fazem policiamento ostensivo e preventivo no aeroporto, encobre mais um caso de discriminação racial: 15 das 30 policiais que trabalham ali são negras e estão sendo remanejadas por determinação do chefe do Estado-Maior da PM, coronel Jorge Francisco de Paula, "para melhorar a impressão do aeroporto".

O comandante-geral da PM, coronel Manuel Elycio Pires, nega a discriminação racial ou social e cita os comandantes da Escola Superior, do 4º Batalhão e o diretor-geral de ensino da PM, negros. Diz que quase metade da corporação é de negros e lembra que o último comandante-geral, coronel Carlos Nazareth Cerqueira, era negro. Para ele, "o

assunto é tão absurdo que nem merece ser desmentido". O comandante, porém, não quer discutir o critério de lotação de policiais femininas que agora determina que elas falem uma língua estrangeira — o que não foi exigido na primeira seleção.

Revolta — Sem se identificar, por temer retaliações, as policiais de serviço no aeroporto — ontem, por acaso, uma delas era negra — dizem que se apresentaram como voluntárias para servir no 17º BPM (Ilha do Governador) quando foram retiradas do serviço no trânsito ou no patrulhamento de ruas. Não sabiam que seriam lotadas no aeroporto, onde já servem vários policiais militares.

— Tivemos 15 dias de instrução no batalhão, visitamos o aeroporto e houve uma reunião com o chefe de segurança da Infraero. Não fizeram nenhuma exigência de falar línguas estrangeiras ou ter maiores conhecimentos culturais — contou uma policial branca, mas solidária com as colegas negras.

As policiais foram instruídas para, em caso de problema com turistas, encaminhá-los ao balcão da companhia aérea ou chamar algum funcionário da Infraero.

— Nossa função fazer policiamento ostensivo e não lidar com turistas. Quando entramos para a PM só exigiram boa aparência — consertou uma policial negra, quase chorando, dizendo-se humilhada.

Das oito PMs avisadas há 15 dias que voltariam para a Companhia Feminina, em Botafogo, cinco são negras, uma mulata. Das duas brancas, uma havia mesmo pedido para sair do aeroporto. As oito que as substituíam eram brancas, o que despertou a atenção das policiais para o caso de racismo. A deputada Daisy Lúci, na Comissão da Mulher na Assembléia Legislativa promete cobrar explicações do comando da PM e sua colega Jandira Feghali ameaça entrar na Justiça com base na Lei Afonso Arinos.

JG - 18/12/81

Deputada investiga racismo entre PMs

Foto de Otávio Magalhães

145 A Presidente da Comissão de Assuntos da Mulher e do Menor da Assembléia Legislativa, Deputada Dayse Lucidy, do PFL, encaminhou ontem ao Comandante da Polícia Militar do Rio, Coronel Manoel Elycio, um telegrama pedindo informações sobre a denúncia de que a corporação estaria afastando do Aeroporto Internacional policiais negras com o objetivo de não chocar os turistas estrangeiros.

As policiais femininas, que preferiram não revelar seus nomes, e que prestavam serviço no Aeroporto, reunidas na sala de aula do 17º BPM, contaram que foram para lá em caráter definitivo. Todas as 30 mulheres que integravam a tropa, divididas em grupos de dez em escalas diárias, afirmaram que se apresentaram como voluntárias sem sequer saber para que missão seriam destinadas. No 2º BPM seus oficiais lhes disseram que uma vez inscritas como voluntárias não poderiam mudar de idéia.

As PMs que estão retornando para o 2º BPM, onde fica o quartel da PM-FEM, a tropa feminina, afirmam que entre elas há quem fale inglês, francês e esteja cursando uma universidade e por isto não se justifica o argumento da PM que quer naquele serviço policiais melhor preparadas intelectualmente.

Dois representantes do Movimento Negro, Januário Garcia, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras e o sociólogo Wilson Prudente, do S.O.S. Racismo, estiveram com o Chefe do Estado Maior da PM, Coronel Jorge Francisco de Paula e com o Relações Públicas, Major Lenine de Freitas, ouvindo explicações. Depois foram ao 17º BPM ouvir as PMs envolvidas no episódio. Após conversar com as Pms, os dois afirmaram que está claro que houve uma discriminação.

O Comando do Estado Maior da Polícia Militar desmentiu a informação de que as oito policiais femininas tivessem sido transferidas do serviço de policiamento ostensivo do Aero-



As PMs no interior do 17º BPM

porto Internacional do Galeão para o 2º BPM (Botafogo) em virtude de sua cor. A Polícia Militar tem em altos postos hierárquicos oficiais negros e a maioria do efetivo é formado por militares de cor, esclareceu o Major Lenine de Freitas, Relações Públicas da PM, que classificou a notícia de racismo no interior da Corporação de "absurda".

Segundo o Coronel Fernando Cabral, desde março no comando do 17º BPM, a suposição de que haja racismo na corporação é absurda. Ele explicou que não passou de uma mera coincidência o fato das novas PMs que substituirão no serviço no Aeroporto as que retornam para Botafogo serem brancas em sua maioria. O militar disse ainda que por ser o Aeroporto um cartão de visitas do Rio, a PM deseja colocar ali moças preparadas, com boa aparência, que de preferência falem inglês, independente da cor da pele.

JG - 18/12/81

PMs negras voltam ao aeroporto

16/23

As policiais militares que denunciaram a discriminação racial no gerenciamento de oito delas, maioria negras, do policiamento do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro conquistaram uma importante vitória ontem: por ordem do Governador Moreira Franco, o Comando-Geral da Polícia Militar decidiu manter no contingente, destacado para atuar naquele local, uma maioria de PMs de cor negra.

Embora as cinco PMs atingidas com a transferência do 17º BPM-Ilha do Governador para a Companhia Feminina do Humaitá não sejam reintegradas no policiamento do aeroporto internacional, pela primeira vez na história da corporação um grupo reduzido de policiais militares - são 30 no destacamento feminino do Batalhão 'a Ilha' - consegue pressionar o Comando-Geral e mobilizar até o Governador para o atendimento de uma reivindicação.

No Quartel-General da Rua Evaristo da Veiga, a nota oficial, esperada desde a manhã, acabou não saindo. Mas o Major Lenine de Freitas, porta-voz da PM, transmitiu, no final da tarde, depois de uma longa reunião entre o Comandante-Geral, Coronel Manoel Elísio dos Santos Filho, o Chefe do Estado-Maior, Coronel Jorge Francisco de Paula, e o Major José Luis, Comandante da Companhia Feminina, o seguinte esclarecimento em nome do Serviço de Relações Públicas da PM:

"O Comandante-Geral, atendendo determinação expressa do Exmo. Sr. Governador do Estado, decidiu manter, no contingente destacado para operar no Aeroporto Internacional, uma maioria de policiais de cor negra, sem desprezar os requisitos indispensáveis para o bom desempenho de suas missões".

Esclarece, ainda, que "a remoção de oito policiais femininas, a ser efetuada, obedece a um critério técnico e administrativo, com o objetivo de melhor atender às necessidades do serviço naquele local".

Informa, também, que "10 policiais militares femininas estão sendo transferidas para o Aeroporto Internacional por dominarem outros idiomas, sendo que, desse total, seis são de cor negra".

Finalmente, acrescenta que "do contingente de 30 policiais femininas que continuará prestando serviço no aeroporto, a maioria será de cor negra".

O Major Lenine explicou ainda que não haverá punições para as policiais militares do 17º BPM que confirmaram a denúncia publicada pela reportagem de O DIA.

O DIA denuncia e QG é interpelado

Depois de receber ontem no Palácio Guanabara o presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, Januário Garcia, que lhe confirmou a denúncia sobre a discriminação racial no policiamento feminino do Aeroporto Internacional publicada por O DIA, o Governador Moreira Franco telefonou para o QG da PM e exigiu explicações ao Secretário de Polícia Militar, Coronel Manoel Elísio dos Santos Filho.

O Comandante da PM recebeu do Governador a seguinte ordem: "Não é a aparência que vai fazer com que os turistas se sintam bem. Se tiverem que substituir as seis negras, por elas não terem se adaptado, que substituam por outras seis negras".

No final da tarde, depois de uma reunião no QG da corporação, o Comando Geral da PM decidiu manter uma maioria de policiais negras no efetivo do policiamento do Aeroporto Internacional. No esboço da nota oficial, que não chegou a ser divulgada, constava que uma sindicância fora instaurada "para que fiquem bem esclarecidos todos os detalhes, o Comando determinou a apuração total de todos os fatos, para fixar responsabilidades e avaliar se existiu alguma irregularidade diante do Regulamento ou infringência das leis vigentes".

Após a reunião muitos sorrisos

O sorriso voltou aos lábios das policiais femininas, que atuam no Aeroporto Internacional. Numa reunião realizada às 8 horas de ontem, no 17º BPM (onde estão lotadas), as PMs foram informadas de que não mais haverá transferências. A ordem, segundo o Tenente Campbell, responsável pela Companhia Feminina, partiu do Comando Geral da PM, que ainda garantiu: não haverá punições.

As PMs negras estavam ameaçadas de serem transferidas em razão de sua cor trazer uma imagem negativa para a Corporação e para os turistas, conforme denúncia de O DIA. O Secretário Estadual de Polícia Militar, Coronel Manoel Elísio dos Santos, negou-se a comentar o assunto, afirmando apenas que o critério usado para a transferência não foi o da cor, e sim o do conhecimento de idiomas. Entretanto, as policiais femininas disseram que muitas das negras que seriam transferidas falavam várias línguas.

Medida temporária

No dia de ontem a área de desembarque do Aeroporto Internacional estava sendo policiada pelas PMs femininas, a maioria de cor negra. Ao contrário do dia anterior, em que as policiais estavam tristes com a possibilidade de remoção, ontem todas mostravam-se alegres. Entretanto, repreendidas na reunião realizada de manhã, no 17º BPM, por terem procurado a imprensa para denunciar o fato, as policiais voltaram a cumprir a "lei do silêncio".

"- Infelizmente não podemos conversar com vocês - disse uma delas à reportagem. Fomos avisadas de que não poderíamos declarar nada, sob pena de sermos punidas. A orientação é para que vocês procurem o tenente Campbell lá no Batalhão".

Uma outra policial, também repetindo que não podia conversar com a imprensa, acrescentou que "as PMs estão temerosas de que essa nova ordem, no sentido de que não val mais haver transferências, seja temporária, porque os jornais estão em cima". Segundo ela, as policiais, principalmente as negras, temem que, passado algum tempo, as remoções ocorram.

Comando ignora ordem de Moreira e pune PMs

Apesar da garantia do Comando Geral de que não haveria nem transferência e nem punições das PMs que trabalham no Aeroporto Internacional, todas foram transferidas de uma só vez. A razão, segundo denúncia das PMs, é a necessidade de punir e disciplinar a interdição do Corpo Feminino da Polícia Militar. Até mesmo a orientação do Governador Moreira Franco, transmitida ao Comando da PM, de que não houvesse transferências ou discriminações, não foi respeitada. As novas PMs que vão substituí-las estão vindo de vários destacamentos, inclusive de P-2 (serviço reservado da PM) e, embora algumas sejam negras, a maioria não domina mais que um idioma.

Conforme denúncia feita por O DIA em 17 de dezembro, oito PMs, das quais seis negras, seriam transferidas do serviço no Aeroporto Internacional por meio de uma ordem que traz uma imagem negativa para a Corporação e para os turistas, na visão do Comando Geral da PM. Com a interferência da imprensa e de representantes de movimentos negros, o Secretário Estadual de Polícia Militar, Coronel Manuel Elísio dos Santos, deu a seguinte explicação: não havia racismo na medida e o critério usado era o da língua - PMs que falam apenas o português estariam sendo substituídas por PMs políglotas.

Entretanto, no dia 18 de dezembro, o jornal comprovou que muitas das PMs transferidas eram políglotas, não se justificando, assim, o argumento do Secretário. No dia 19, através dos veículos de comunicação, o Comando Geral anunciava que não haveria mais transferências, a pedido do Governador Moreira Franco e por orientação do Secretário Manuel Elísio. Todas as PMs, negras ou não, continuam trabalhando no Aeroporto Internacional, sem ameaças de transferências ou punições. O Chefe do Estado-Maior, Coronel Jorge Francisco de Paula, de quem teria partido a ordem, não chegou, sequer, a dar explicações a imprensa.

Punições

Ontem, entretanto, o quadro revertu-se. No Aeroporto Internacional - apenas quatro PMs faziam o policiamento - um número inferior ao necessário. As demais já estavam aquarteladas e transferidas em caráter irreversível. As que ontem policiavam o local, aguardavam apenas a chegada de uma nova turma. A medida não visou o racismo e sim a punição. Em reunião no dia anterior, as PMs foram informadas de que todas as 15 que trabalharam no dia da denúncia seriam transferidas, permanecendo no serviço interno do 17 BPM, onde estão lotadas.

Algumas foram até citadas nominalmente pelo Comando Geral por terem aparecido nas folhas publicadas no jornal O DIA. Outras duas, por não terem prestado serviço no dia da denúncia, foram aquarteladas por "suspeitas de serem as autoras iniciais do movimento de rebelião". Em vez de apenas oito PMs, foram alistadas todas. Em vez de racismo, foi punição o motivo desta vez.

Depois do castigo restou só o choro

Segundo colegas do 17 BPM, na noite de segunda-feira elas foram informadas do quartel. O choro foi geral e algumas chegaram a ser selecionadas para punição por terem procurado a imprensa para denunciar o racismo na Corporação. A própria Tenente Campbell e a Major Vieira, autorizadas anteriormente a falar à imprensa sobre o episódio, estão sob ameaça de transferência.

Polícias femininas revelaram indignação, a fim de que não tenham mais certeza sobre os jornais e o jornal. Algumas delas já chegaram a nova turma de policiais femininas, que deverão começar o trabalho no Aeroporto na quinta-feira, mas também negras, atualmente o policiamento seja feito somente por brancas.

Silêncio

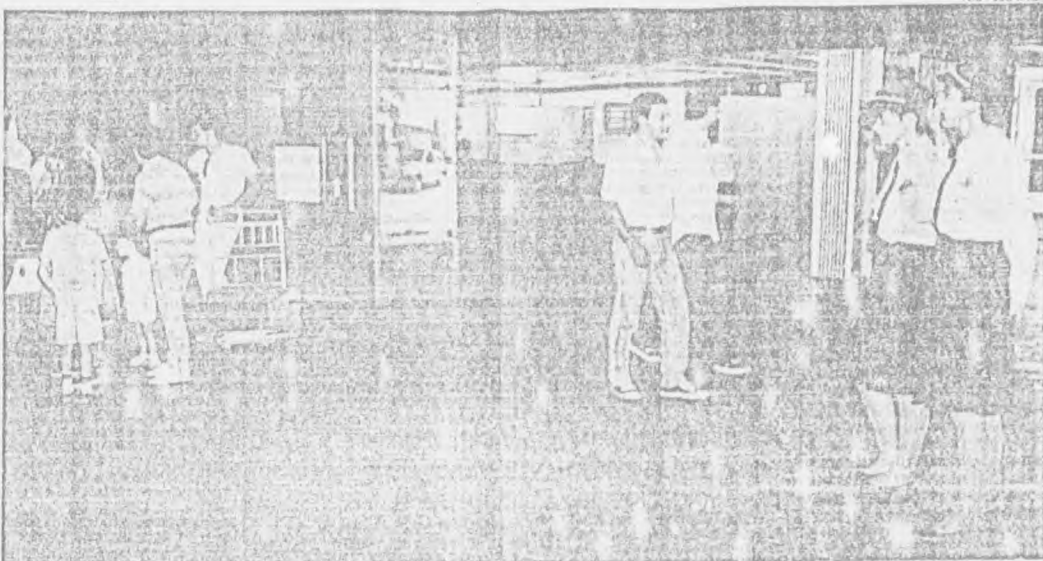
Procurado pela imprensa, o 17 BPM (Unidade do Governador) nada esclareceu. Convidados a esperar do lado de fora das dependências do quartel, repórteres e fotógrafos foram informados pela Tenente Campbell de que ninguém daquele batalhão estava autorizado a dar declarações. Nem mesmo as policiais aquarteladas puderam ser ouvidas. A orientação foi de que os repórteres procurassem o Major Lenine (relações públicas) no QG da PM (Centro da Cidade), onde todas as explicações seriam dadas.

Comando diz que é só rotina

O Assessor Chefe de Comunicação Social da Secretaria de Polícia Militar, jornalista Moisés Azevedo, negou ontem que tenha havido qualquer tipo de punição no caso da transferência das policiais femininas que davam serviço no Aeroporto Internacional.

"O que houve - disse - foi um caso de transferência rotineira, que acontece às centenas dentro da Polícia Militar, e que já estava programada, como foi divulgado em nota oficial publicada em todos os órgãos de imprensa no último dia 19. Segundo Moisés, a PM tem aproximadamente 35 mil homens e os praças são destacados para os serviços de acordo com suas adequações e não por suas preferências. "Ontem mesmo, 10 PMs policiais femininas (seis das quais negras) se apresentaram no Aeroporto Internacional, em substituição às oito que já estavam entre as quatro cinco negras, não por discriminação ou punição, mas por dominarem outros idiomas. Além da punição do Coronel Moreira Franco, o Comando da Polícia Militar já havia decidido, desde o dia 19, que a maioria das 30 moças que normalmente dão serviço no Aeroporto, será sempre de cor negra."

Moisés Moisés informou, ainda, que as oito policiais femininas substituídas voltam a sua Companhia (que fica sediada no 2º BPM, em Botafogo), e serão designadas para as tarefas de rotina.



Pela manhã no aeroporto o número de PMs femininas era reduzido. Elas apenas aguardavam as novas policiais destacadas para o serviço.

"Em 100 anos nada mudou"

Mário da Vila (compositor) - O Brasil é um País racista, isto é constatado em vários setores de trabalho. Nos bancos por exemplo são poucos os negros. A Polícia Militar está agindo da mesma forma que outros grupos, não está fazendo nada de novo. O que se deve é denunciar atitudes como esta e colocá-las em discussão porque raramente um fato como este vem à tona.

Elizete Cardoso (cantora) - "Como negra, acho lamentável ainda existir racismo. Com tantas coisas importantes para serem discutidas pelas autoridades, é absurdo que ainda aconteçam fatos como este. O negro tem direito de trabalho em qualquer lugar."

Rute de Souza (atriz) - No momento em que comemoramos o centenário da abolição, me dá tristeza saber que ainda temos problemas de racismo.

Lélia Gonzalez (antropóloga, pesquisadora, membro efetivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) - "Como membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), minha postura é de protesto e denúncia contra este sistema discriminatório. Observo novamente a ideologia de branqueamento. Pela ideologia oficial somos todos iguais perante a lei. Enquanto mulher negra vou encaminhar o assunto à presidente do CNDM, para que sejam tomadas providências. Coloco meu protesto em face de ter sido constatado que muitas dessas moças falam inglês e francês, são brancas."

Leci Brandão (compositora) - "Como cidadã brasileira e carioca, exijo que o Governador Moreira Franco tome, imediatamente, uma atitude contra essa situação. E preciso que ele convoque os responsáveis por esta arbitrariedade e dê uma satisfação à sociedade. É importante que parlamentares negros e membros de movimentos contra o racismo se unam para uma iniciativa contra esta situação. Quero estar informada das medidas que as autori-

dades vão tomar. Acho que num momento em que se fala dos 100 anos de Abolição, até os soldados negros da PM deveriam, em sensibilidade ao ato, tomar uma atitude."

Haroldo Costa (produtor) - Acho lamentável este fato, no momento em que se iniciam os comemorativos da Lei Aurea (lei de abolição dos escravos). O episódio demonstra que em 100 anos pouco ou nada mudou. Temos que denunciar a ocorrência para mostrar que se está atento. O protesto alerta a sociedade.

Benedita da Silva (Deputada Federal) - Quando estamos defendendo na Constituinte que o racismo seja considerado crime inafiançável, é porque sabemos que ele existe. Nesse caso percebemos claramente que as vítimas sofrem duas vezes: com a discriminação e com a punição que as tira de um local de trabalho. Toda prática de racismo é abominável.

Não procurei o Governador porque o caso parecia já estar solucionado, agora vamos procurar tomar as medidas necessárias. Gostaria muito que o Governador tomasse uma iniciativa. Quero saber qual vai ser a atitude do Governador. Confiou-se no Governador. Ou se define essa questão ou estamos na África do Sul brasileira.

Jorge Coutinho (ator) - Se falasse que não existe o problema de racismo no Brasil estaria falando com a verdade. Acho incrível que se queira esconder a contribuição do negro na arte, na comida, na cultura, no amor das nossas Praças. Na minha cabeça, o Brasil é misto.

Em relação a e as meninas, não acompanhei de perto o caso. Esse tipo de incidente é lamentável. A presença do negro no Brasil, está na rua, no ar.

Carlos Alberto de Oliveira, Cas (Deputado Federal) - No dia em que tomei conhecimento das denúncias de discriminação mandei um telegrama ao Chefe do Estado Maior da Polícia Militar protestando contra essa atitu-

de antidemocrática e racista e até o momento não recebi resposta.

Antes, havia indícios de prática de racismo. Agora, na indicação não só dessa prática como também de punição das policiais militares que foram objeto da discriminação. Além da condenação moral, espero que possamos em 1988 - 100 anos depois da abolição da escravidão - dizer que o racismo é crime.

Milton Gonçalves (ator) - Devemos analisar a situação de duas formas: o regulamento interno da PM e das forças militares, que é uma relação hierárquica que não se quebra e o lado da briga contra o racismo que também não se quebra. Junto os meus protestos a todos que estão nesta luta. Apesar de amigo da Polícia Militar, que considero cidadãos fardados que têm a missão de proteger a sociedade, acho que são possíveis de crítica. Em caso como este devemos protestar. Eu pretendo me comunicar com o Comando da PM para saber mais detalhes sobre o assunto. Não se pode permitir que uma população de um País misto como o nosso continue sofrendo este tipo de pressão. Temos que nos unir e manifestar contra esta situação.

Claúdio Adão (jogador de futebol) - O racismo existe por debaixo dos panos e por detrás das cortinas. E por isso que o Brasil está nesta situação que todos estão vendo. Não somos uma raça pura, mas mesmo assim insistem em discriminar o negro em todos os setores. Alguns, conhece um comandante de avião, comissário de bordo ou aeromoça de cor negra? Até mesmo no futebol o racismo não consegue ser escondido. De 70 para cá poucos foram os negros que vestiram a camisa da seleção brasileira. Digo negro mesmo e não o Junior que, no Brasil, é considerado "moreninho". Existe algum outro motivo que possa explicar a minha ausência em seleções nacionais? Eles só admitem o negro quando não há outra alternativa. Essas policiais fizeram muito bem em denunciar e confirmar o racismo.

Neli Lopes (compositora) - A sociedade brasileira ainda não se conscientizou de sua real composição. A classe dominante do Brasil ainda acha que esse País é branco, europeu e católico. Quando a gente sabe que a maior parte da formação deste povo é negra. No Governo Brizola houve um avanço de 50 anos em relação ao problema da discriminação, porque o Brizola colocou três secretários negros em cargos de importância. Na mudança para o Governo Moreira Franco houve um retrocesso. Também tinha havido um avanço simbólico com o nomeamento a Palmares, considerado por Darcy Ribeiro. A que ficou reduzido? Hoje está sujo, pisado, e é a própria comunidade negra que tem que limpar. Dia 20 de novembro, dia nacional de consciência negra, não houve nenhuma comemoração lá. O caso das PMs negras é apenas o corolário disto tudo. É uma vergonha."

Grande Otelo (ator) - "Deveria haver uma associação encarregada especificamente de combater estes abusos, encarregada de aplicar a Lei Afonso Arinos. Existe uma lei, que esta lei seja cumprida e implementada. Mas não é a lei que vai fazer acabar a discriminação. É só a educação do povo brasileiro e do negro em particular. Nesse caso das PMs, cadê os juizes negros? Cadê os advogados negros? Cadê o Caó? Esse coronel da PM tem que ir para a cadeia. A gente tem que agir firmemente, dentro da lei. Se eu fosse advogado pegaria este caso."

Antônio Pompeo (ator) - Este caso é um reflexo do condicionamento porque nosso povo passou. Achei que em 1988, "anos poder constatar que a história não mudou. Se pegarmos o que aconteceu há 100 anos e o que está acontecendo agora, vamos ver que estamos no mesmo barco. Muita coisa precisa ser mudada. A discriminação no Brasil é muito cruel, porque nem sempre é clara como neste caso. É subliminar e sutil. As vezes, o negro está condicionado que incorpora a discriminação. E aceita não entrar pela portaria social de um prédio, por exemplo.

Palácio não dá esclarecimento

Apesar do Governador Moreira Franco ter determinado há dias a permanência da maioria negra do policiamento no aeroporto do Aeroporto Internacional, a Assessoria de Comunicação Social do Palácio Guanabara desconhecia a punição imposta pelo Comando da PM às policiais militares que renunciaram a maioria de discriminação racial. A Assessoria do Governador Moreira Franco não forneceu informações a respeito, e encaminhou a reportagem ao Serviço de Relações Públicas da Polícia Militar.

Senador lembra: racismo é crime

O Senador Afonso Arinos, autor da lei que considera o racismo crime, não quis se aprofundar nos comentários sobre os incidentes de discriminação contra as policiais femininas que estavam de serviço no Aeroporto Internacional do Galeão. Mesmo assim, o Senador condenou a atitude da Polícia Militar.

- Acho que está errado, mas não quero entrar nessa política. A minha posição ficou clara há muito tempo com a votação de minha lei contra o racismo - disse Afonso Arinos, lembrando a adoção da emenda que tornou a prática de racismo como crime.

Associação pede justiça

A posição da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, uma entidade que defende os direitos das policiais - foi de total solidariedade às policiais negras que foram afetadas pelo serviço no Aeroporto Internacional do Galeão. O advogado brasileiro Paulo Tasso, informou que ele mesmo vai entrar com uma interposição judicial junto ao Comando Geral da Polícia Militar, visando a punição dos responsáveis civis e criminais no assediamento das policiais.

- Um ato como esse constitui um crime impondoso por não a punição do responsável. Esta Militar, uma entidade que defende os direitos das policiais - foi de total solidariedade às policiais negras que foram afetadas pelo serviço no Aeroporto Internacional do Galeão.

Estrangeiros ficam chocados

No setor de desembarque do Aeroporto Internacional, algumas pessoas ficaram surpresas com a pergunta da reportagem de O DIA, sobre a presença de PMs negras no serviço de treinamento do Aeroporto.

O engenheiro pernambuco Victor G. Marinho, 42 anos, trabalha em Mato Grosso, veio visitar a família no Rio e achou errado o retorno. Já o médico pernambuco Saniã Fernandes, de 37 anos, morador em Macaé, aguardava a irmã que veio ao Rio e ficou chocado por ver da África do Sul. Banta, na verdade, é a raça brasileira e uma só feita de brancos e negros não vê como o País possa ser julgado pela cor dos que trabalham no aeroporto. O mexicano Arturo Dalatorre, 55 anos, veio com a mulher conhecer o Rio e ficou espantado ao saber que havia racismo no Brasil. "É horrível. Como é que pode em um país de negros, predominantemente negra, haver racismo. No México a Polícia tem gente de todas as cores, e é importante que a função. A alemã Eriska Nolte, que diz ser avô negro, ficou chocado por ver o racismo no Brasil. Para ela não existe diferença entre cores, raças ou religiões.

Agente da viagem lembra abolição

O presidente em exercício da Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV), Djalma Mendes, lembrou ontem que a substituição das policiais negras por brancas no serviço de policiamento do Aeroporto Internacional do Galeão às policiais negras do corpo feminino do aeroporto.

- Sinceramente não vejo nenhum problema no serviço das policiais. Principalmente no Brasil, um país com a população negra que tem. Não vemos problema. Ao contrário, quando estamos às vésperas do centenário da abolição da escravidão no Brasil.

O presidente da ABAV disse que a associação não tomou qualquer atitude em relação a substituição das policiais militares do Galeão. Indagado se concordava com a afirmação de que policiais negras tinham uma imagem negativa do País, Djalma Mendes respondeu com uma frase curta.

- Nós da área de turismo sabemos que a Embaixador utiliza a imagem do Brasil para divulgar a imagem do Brasil no exterior.

Movimento Negro revê estratégia

O presidente do IPEN (Instituto de Pesquisas da Cultura Negra), Januário Garcia, que se mobilizou semana passada na defesa das PMs negras que foram transferidas do Aeroporto Internacional por racismo, mudou sua estratégia de mobilização de todas as "forças" do movimento negro. Segundo ele, o que aconteceu na realidade, foi a punição da denúncia do racismo. No momento em que policiais femininas se mobilizaram para denunciarem o racismo, todas são punidas. Isso já é um problema de toda a sociedade, argumentou.

Assim que soube do assediamento, o IPEN mobilizou vários setores da sociedade civil e marcou, para ontem, uma reunião em que se decidiu uma estratégia de ação. Se a lei não for cumprida, então também mudaremos. O BOS reclama vai agir e pra valer. Januário lembrou, ainda, que a presença de policiais negras no P-2 (serviço reservado da PM) para investigação e que não usa farda e ator servente da nova estratégia do Comando Geral. "Se uma P-2 que não usa farda vai para o aeroporto, então se não quiser atender ao turista, que certamente não vai saber identificar nem um policial. Será a conexão na própria Polícia, não a conexão nas denúncias de racismo, isso temo de combater."



Milton: "Devemos protestar"



Claudio Adão: "Porra"



Leci Brandão: "Exijo uma atitude"



Benedita da Silva: "Acho"



Grande Otelo: "Aplicar a lei"



Mário da Vila: "País racista"



Antônio Pompeo: "Este caso é um reflexo do condicionamento"



Jorge Coutinho: "Se falasse que não existe o problema de racismo no Brasil estaria falando com a verdade"

21 DE MARÇO

DIA INTERNACIONAL CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

VAMOS DIZER NA CARA DELES!!!

FORA

**RACISTAS
DA ÁFRICA
DO SUL**

- Exigimos o rompimento de relações Diplomáticas e Comerciais do Brasil com a África do Sul.

ATO PÚBLICO – No Estacionamento do
16 horas Metrô – Botafogo (Esq. Voluntários
da Pátria)

PASSEATA – Até a frente do Consulado
18 horas da África do Sul no RJ.
Rua Voluntários da Pátria, 43

ORGANIZAÇÃO – Mov. Negro, Partido Verde - Famerj,
AMES, IBASE e INESC.

APOIO – UEE, SBPC, ANDES, DCE-UFRJ, DCE- UERJ,
OAB, Ass. Moradores de Realengo,
Sind. dos Bancários, Sind. Metroviários e Sind. Professores.

Domingo, 20-3-88

Negros exigem rompimento com racismo sul-africano

Uma moção de protesto a ser encaminhada ao Congresso Nacional, pedindo o rompimento formal com o Governo racista da África do Sul, foi uma das decisões tomadas no 1º Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra, que se realiza neste fim de semana no Ginásio Cláudio Coutinho, sede do Flamengo, na Gávea. O encontro, que serve de preparação para o Seminário Internacional de Racismo e Apartheid a se realizar nos dias 13, 14 e 15 de outubro, aprovou, também, moções contra as diversas formas de discriminação racial.

Promovido pela Secretaria de Relações Internacionais do Governo Moreira Franco, o Congresso reúne comunidades negras do Rio e dos Municípios de Campos, Nova Iguaçu, Petrópolis, Cabo Frio e Volta Redonda, onde também serão realizados, até julho, seminários com a mesma conotação e importância. No encontro de ontem, as lideranças negras criticaram o decreto federal de nº 9.524, que proíbe a participação de brasileiros em atividades culturais, esportivas e turísticas na África do Sul, mas, lamentavelmente, na visão dessas lideranças, não menciona qualquer tipo de punição para os infratores.

O 1º Encontro Estadual de Cons-

cientização e Cidadania Negra marca, ainda, a abertura oficial no Rio da programação do Centenário da Lei Aurea e conta, inclusive, com a participação de Carlos Alves Moura, que é o coordenador-geral do Programa Nacional do Centenário da Abolição. Na qualidade de representante do Ministro da Cultura, Celso Furtado, Carlos Moura considerou fundamental a aprovação da moção do protesto e pedido de rompimento formal com o Governo da África do Sul, alegando que, se não fosse a moção, o Congresso até perderia o seu sentido. Em seu discurso, diante de uma platéia de 300 negros, Carlos Moura lembrou que a discriminação racial continua presente no Brasil, principalmente em relação ao mercado de trabalho: "Se o emprego é difícil, para o negro a situação é bem pior." Carlos Moura aponta, como exemplo, os primeiro e segundo escalões dos Governos, onde a presença do negro é rara. Para mudar esse quadro, ele sugere a aglutinação e a organização da sociedade civil negra em condições de lutar por suas reivindicações: "Somos a metade da população desse País - completa - e precisamos buscar o nosso espaço."

O Secretário Márcio Moreira Alves, que representou o Governo Moreira Franco no encontro, garantiu

que o Estado vai apoiar integralmente todas as posições tomadas pela comunidade negra, inclusive a moção de protesto e pedido de rompimento com o Governo racista da África do Sul. Moreira Alves levou para assistir ao encontro uma delegação de deputados alemães em visita ao Rio, chefiados pelo presidente da Assembléia Legislativa de Berlim, Peter Rebsch.

Espaço aberto

Segundo a coordenadora do encontro, Lena Frias, as atividades, que prosseguem até às 18 horas de hoje, estão abertas a qualquer pessoa, principalmente à coletividade negra do Rio que reside em áreas carentes, que deve participar dos debates sobre a falta de emprego, de creches, de saneamento básico e até vagas nas escolas públicas. Entre as muitas mesas-redondas marcadas, estará em discussão a mulher negra, com a militante feminina Pedrina de Deus, representante da mulher negra no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; o negro no esporte; com a participação de atletas do Flamengo; a registrar, também, a presença de moradores dos Morros dos Macacos e Pau da Bandeira, que discutiram a sua participação na vitória da Vila Isabel no Carnaval desse ano.

Rio-convida líderes do mundo negro

Para debater o racismo no Brasil e no mundo, estarão desembarcando, no início de outubro, no Rio de Janeiro, nomes internacionais como o francês Harlem Désire fundador do SOS Racismo; o pastor negro norte-americano Jesse Jackson; Winnie Mandela (mulher do líder negro sul-africano Nelson Mandela) e o jornalista Donald Woods, autor do livro Cry Freedom, sobre a luta, agonia e morte de Steve Biko, líder negro sul-africano, que foi torturado nas celas do regime que adotou o apartheid. O convite será feito pela Secretaria Estadual de Relações Exteriores como desdobramento do seminário Encontros Estaduais de Conscientização Negra que começa em 19 de março, na sede do Clube de Regatas Flamengo, na Gávea, e depois se estenderá por Campos, Nova Iguaçu, Petrópolis, Cabo Frio e Volta Redonda.

No Rio, nos dias 19 e 20 de março, no Flamengo, os negros cariocas discutirão o racismo na sistema escolar, as condições sociais da mulher negra, o negro e a política, participação no mercado de trabalho e a importância do atleta negro na história do Flamengo.

Em Campos, o seminário será realizado nos dias 23 e 24 de abril; em Nova Iguaçu, em 14 e 15 de maio; Petrópolis, 18 e 19 de junho; Cabo Frio, em 2 e 3 de julho e em Volta Redonda, dias 30 e 31 de julho. As inscrições para o seminário são gratuitas e a confirmação do evento explica que a sistematização das discussões serão apresentadas e discutidas num seminário internacional, em outubro, no Rio, com a presença de grandes nomes da luta contra o racismo.

Encontro no Rio debate o racismo

Prossegue hoje o I Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra, na sede do Flamengo, na Gávea, com reunião de representantes do Rio e delegações do interior do Estado para discussões sobre temas de interesse dos negros brasileiros. Do Encontro, cujas conclusões servirão de subsídios para o Seminário Internacional do Racismo e Apartheid, marcado para outubro próximo, poderá resultar uma proposta formal ao Congresso para que solicite ao Ministério das Relações Exteriores o rompimento de relações com a África do Sul.

Cidadania e identidade racial, o racismo nos programas escolares, o negro na política, a questão da mulher negra, a situação do negro no esporte, o negro e a violência serão algumas das questões. Organizado pela Chefia de Relações Exteriores do Estado, o Encontro, que termina hoje no Rio, prosseguirá dias 23 e 24 de abril em Campos; 14 e 15 de maio, em Nova Iguaçu; 2 e 3 de julho, em

Cabo Frio; e 30 e 31 de julho, em Volta Redonda.

E intenção dos idealizadores das reuniões, entre outros o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, que ao final dos trabalhos esteja levantado o perfil da situação do negro no Estado do Rio no ano do centenário da Abolição. No entender do advogado Carlos Moura, que representa o Ministério da Cultura na organização dos eventos comemorativos do centenário da Abolição, o racismo está culturalmente introjetado na sociedade brasileira.

No Encontro o Diretor de Projetos do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra, João Marcos Romão, criticou o fato de o Governo brasileiro ter permitido a presença no país do Presidente da África do Sul, Peter Bhota. Para protestar contra a política do apartheid, o grupo SOS Racismo colocará uma coroa de flores na porta do Consulado da África do Sul no Rio, na Rua Voluntários da Pátria 43, às 10h de amanhã.

Negros buscam meios de combate ao racismo

O primeiro Encontro Estadual de Conscientização de Cidadania Negra, realizado durante este final de semana no Clube de Regatas do Flamengo, tendo como principais propostas levantar o perfil do Negro no Centenário da Lei Aurea e adquirir subsídios para o Seminário Internacional de Racismo e Apartheid, teve, segundo seus organizadores, "uma demonstração de racismo" no próprio espaço do encontro, pois uma força de choque do 19º Batalhão da Polícia Militar, "inexplicavelmente" segundo os participantes, foi escalada para guarnecer a área ao redor do clube.

No evento, que terminou ontem com um show de Leicy Brandão, foi discutido o "Racismo na Educação e no Sistema Escolar Brasileiro" tema coordenado por Maria Filomena Rego, que entre 11 propostas tiradas, vai encaminhar ao Ministério da Cultura, através da Assessoria de Cultura Afro-Brasileira, um pedido para que pressione o Ministério da Educação no sentido de se abrir espaço para a introdução de livros didáticos que enfoquem a cultura negra nas escolas e ainda que se incentive a presença do professor negro nas primeiras séries do primeiro grau, de modo a minar o mito da inferioridade negra.

Outro tema, sobre Mercado de Trabalho e Habitação, segundo seu coordenador, Alberto Medeiros, concluiu que depende muito mais de uma vontade política do governo e de mobilização e conscientização da raça, evitar que em todas as categorias profissionais o negro ganhe menos que o branco.

BR/ESP/1988

A presença ostensiva de soldados da tropa de choque do 19º BPM, portando armas pesadas como escopetas e metralhadoras, e a atitude repressora dos policiais, que interpelavam os negros ao chegarem ao estádio do Flamengo, na Gávea, acabou interrompendo por algum tempo, ontem, o I Encontro Estadual de Consolidação e Cidadania Negra. O seminário foi organizado pelo Governo do Estado justamente para denunciar a discriminação ao negro em todas as suas formas.

Tão logo os organizadores do Encontro souberam da presença da Polícia Militar - soldados da tropa de choque estavam espalhados na Praça Nossa Senhora Auxiliadora e em torno do Estádio da Gávea - um clima de revolta tomou conta do Seminário e foi formada uma comissão para exigir a retirada imediata da Polícia das proximidades do ginásio, onde se realizava o encontro. As lideranças negras decidiram, também, encaminhar uma nota de protesto ao Governo do Estado e ao Comando da PM, denunciando a ação discriminatória da Polícia Militar, justamente num encontro sobre Cidadania Negra e na véspera do Dia Internacional contra a Discriminação Racial, que se comemora hoje.

Presença constrangedora

O I Encontro Estadual de Consolidação e Cidadania Negra começou no sábado e reuniu cerca de 2 mil pessoas da comunidade negra do Rio de Janeiro e de Municípios como Volta Redonda, Barra Mansa e Nova Iguaçu. Os primeiros problemas com a PM começaram no sábado, quando a Coordenadora do encontro, a jornalista Lena Frias, foi informada de que um Patamar do 19º BPM permanecia estacionado ao lado do portão principal da Gávea, observando a entrada e saída dos negros convidados. Imediatamente, Lena Frias foi até o local onde se encontravam os policiais e pediu a sua retirada "por estar constrangendo os participantes do Encontro". A recomendação da coordenadora foi aceita e a Polícia se retirou.

Ontem, porém, o problema se agravou, com o retorno da PM, trazendo um efetivo ainda maior. O congresso começou às 10 horas, mas desde as 9 horas os policiais já estavam na Praça Nossa Auxiliadora, interpelando os negros que passavam no local e exigindo documentação. Às 11 horas, quando ia se iniciar a reunião plenária sobre a tradição dos orixás, a coordenadora Lena Frias foi novamente informada da presença da PM.

Forte aparato

Sob o comando do Tenente Ricardo Brito, vários homens bem armados se posicionaram estrategicamente, vigilando os estabelecimentos na Gávea e os pontos de ônibus. Segundo relato do próprio tenente, o aparato policial constava de uma patrulha, dois patamares e um ônibus, para condução da tropa. Os soldados - cerca de 36 - levavam armas pesadas e circulavam também nas proximidades do Hospital Miguel Couto.

Ao ser informado de que a presença da PM estava provocando protestos dos participantes do Encontro, o Tenente Ricardo Brito se dirigiu ao Ginásio Cláudio Coutinho, local das reuniões plenárias. Lá, foi cercado imediatamente pelas lideranças negras Isaias dos Santos, estudioso de umbanda, Pedrina de Deus, socióloga, Carlos Moura, coordenador das festividades do Centenário da Abolição e Lena Frias, exigiram a retirada do aparato policial. O tenente informou que estava ali atendendo uma solicitação de policiamento, mas, dizendo obedecer regulamento interno, não quis informar quem havia solicitado tal reforço policial. Alguns membros da comunidade negra, nervosos, exigiram, aos gritos, a saída dos policiais.

"É absurdo - dizia Lena Frias - que justam... a num encontro livre, para discutir a discriminação racial, a Polícia Militar tenha esse papel tão desabonador."

Tenente nervoso entre 3 versões

Nervoso e sem ação, diante da reação das lideranças negras, o Tenente Ricardo tentou justificar a presença tão ostensiva da PM. A princípio, alegou que estava ali para ajudar a controlar o tráfego, mas com a explicação que os negros presentes eram pobres e nem sequer tinham cartão próprio, o tenente passou para a versão que estava ali apenas como medida preventiva para garantir a segurança dos próprios congressistas. Como nenhuma das justificativas convenceu, ele acabou optando por reconhecer que tinha havido algum engano por parte do Comando de seu Batalhão, e anunciou que retiraria seus homens da área, e que providenciou efetivamente por volta de 11 horas 40m.

Enquanto o Congresso prosseguia, com a discussão sobre a tradição dos Orixás, alguns líderes tentavam descobrir quem havia solicitado a presença da PM. A direção do Flamengo negou qualquer ligação com o fato, mas alguns porteiros do clube lembravam que a solicitação pode ter partido dos moradores da Selva de Pedra, um conjunto de edifícios residenciais situado ao lado da Gávea, que sempre pede reforço de policiamento quando há alguma atividade de maior repercussão na sede do Flamengo.



No intervalo dos debates, o ritmo afro agradou os congressistas



O policial não achou explicação

Mulatas não aceitam ser símbolo sexual

Além da moção de protesto contra a política racista do Governo da África do Sul, o I Encontro de Consolidação e Cidadania Negra discutiu as diversas formas de discriminação que o negro sofre. Um dos temas mais polêmicos levantou questão sobre a quem interessa a mulher negra como símbolo erótico sexual. Cerca de 40 mulatas se reuniram para denunciar que a característica sexual passou a ser considerada profissão, quando na verdade importa muito mais saber se a mulata é dançarina, ballarina ou atriz, ficando em segundo plano o fato de ser ela bonita ou chamosa.

"Quando se confunde a mulata com a atriz - lembra Pedrina de Deus -, acabou ocorrendo problemas mais sérios, com a divulgação da imagem da mulher negra associada à prostituição. O objetivo agora é

recuperar a dignidade da profissão de mulata atriz, com seus plenos talentos de ballarina." As mulheres negras também discutiram a questão do poder, no constatarem que nas organizações tradicionais, como os Partidos políticos, e até nas entidades negras, apenas as funções subalternas são destinadas às mulheres, que atuam como secretárias, recepcionistas e etc, ficando sempre afastadas dos centros de decisão.

No campo da sexualidade em geral, pelo fato da população negra estar sempre nas baixas de baixa renda, o negro se vê obrigado a vender a condição sexual para mudar de classe social. Em função disso, muitos casamentos acontecem entre brancos e negros e negras e brancos apenas como forma de permitir a ascensão social, o que transparece uma falta de perspectiva da comuni-

dade negra, que tem de ser combatida com um amplo trabalho de recuperação.

O Encontro discutiu, ainda, o sistema de educação no País, que na visão dos debatedores, é totalmente elitista, com livros didáticos que nunca mencionam o papel real do negro na história. "Até mesmo nas histórias de quadrinhos", lembra a jornalista Lena Frias, "há preconceito: nos quadrinhos da Mônica, a única criança rica e pobre é o Castão, um personagem negro".

O encontro Estadual de Consolidação e Cidadania Negra se repetiu nos dias 23 e 24 de abril, em Campos; dias 14 e 15 de maio, em Nova Iguaçu; 18 e 19 de junho, em Petrópolis; 2 e 3 de julho, em Cabo Frio; e dias 30 e 31 de junho, em Volta Redonda.

19º BPM não explica operação

O oficial de dia do 19º BPM, Capitão José Borges, disse, ontem, que estava "impossibilitado" de informar quem solicitou a presença da tropa de choque no Clube de Regatas do Flamengo, porque, segundo ele, esta informação está em poder da sessão de planejamento do batalhão, que não funciona, aos domingos. Ele explicou que, normalmente, esse tipo de solicitação é feita através de ofício, que, entre outros dados, contém o local de realização do evento e a expectativa de público. Os dados são encaminhados para a sessão de planejamento que, então, estima quantos policiais serão necessários no local.

Embora não estivesse presente no Clube de Regatas do Flamengo, o Capitão garantiu que os policiais não revistaram os participantes do I Encontro Interestadual de Consolidação e Cidadania Negra. "É nossa obrigação manter a segurança no local e a tropa de choque estava ali justamente para dar segurança aos participantes do evento", disse o oficial, que não estranhou o fato da tropa de choque ter sido solicitada. Segundo ele, foram enviados 20 policiais para o Clube. Como o público era menor do que o esperado, a maioria dos policiais foi remanejada para outros locais, e apenas oito homens permaneceram na Gávea.

Opiniões

Adele Fátima - A Polícia não devia se preocupar tanto com uma celebração pela paz. Perigosa mesmo é a corrupção, que está acabando com o nosso País. Além disso, acho a maior desmoralização um negro ser revistado para entrar em sua própria festa, como se todas as pessoas de cor fossem bandidos em potencial.

Isabel Valença - Esse incidente desagradável é mais uma prova do preconceito contra o negro no Brasil. As pessoas estavam apenas querendo ir a uma festa, mas a Polícia as tratou como marginais. Afinal, o que mais se diz por aí é "todo crioulo é ladrão".

Perry Sales - Que loucura! Nem no Centenário da Abolição os negros são respeitados! Isso é doloroso. Ou o Estado, ou a Polícia devia pedir desculpas a todas as pessoas que foram humilhadas nesse episódio.

Vera Fisher - É um absurdo que em nosso País "mistico" ainda exista esse desrespeito. Os negros são tão importantes na sociedade brasileira, contribuíram tanto para a nossa cultura! A raça negra é digna como todas as outras; o importante é o que está na cabeça das pessoas.

Dona Ivone Lara - Em todo local onde há grandes aglomerações a Polícia deve estar presente, para garantir a segurança. Mesmo numa festa como essa, em homenagem à Abolição, sempre há os desmancha-prazeres querendo armar confusão, enquanto a maioria está lá para se divertir. A Polícia tem que impor a ordem - mas sem humilhar ninguém.

O DIA
21/3/88

À flor da pele

O SOS Racismo não quer festa no 13 de Maio. Por dia, recebe três denúncias de racismo

F. Inês Luz Noél

Freguesias negras impedidas de entrar pela frente dos edifícios, trabalhadores e até religiosos negros presos como suspeitos pela polícia, freguesias negras tratadas com desdém em lojas e restaurantes. As cenas cotidianas variam, mas podem ser denunciadas com duas palavras — "racismo". As atividades do Conselho da Abolição, a Associação aberta ou velada contra os direitos dos negros não acabou, pelo menos três denúncias chegam diariamente, no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), na Avenida Mem de Sá, 208, Centro, ao serviço SOS Racismo, único programa especializado no combate à discriminação no Rio de Janeiro.

O grande desafio do SOS é evitar de dipor de advogados e sociólogos e identificar o racismo a cada pessoa para que a vítima possa acionar a Justiça. "Sempre que recebemos uma denúncia, investigamos e damos um parecer sobre discriminação e o discriminador", explica o sociólogo Wilson Roberto Pinheiro, 30, responsável pela análise de cada caso. A tendência dos acusados é recorrer a argumentos evasivos e não menos discriminatórios, como o tráfico, a suposta falta de poder aquisitivo ou o presumido complexo de inferioridade do negro acusado. O coordenador do SOS Racismo, sociólogo João Marcos Aurino Romão, 35, afirma: "A pessoa acaba sendo de assassinatada o caráter da pessoa que denuncia o racismo".

As delatadoras e ambigüidades da legislação, além da evasão frequente de testemunhas, agravam as dificuldades para a caracterização do racismo. A discriminação é enquadrada apenas como contravenção penal pela Lei Federal 1.390 — a Lei Afonso Arinos, de 3 de julho de 51 — que, embora reformada em 85 pelo

presidente José Sarney, limitou-se a casos de acesso a locais públicos e comerciais, congressos e ingressos nas Forças Armadas. "Se o negro for discriminado depois de entrar num bar", exemplifica Romão, "a lei simplesmente nada prevê, pois se fala do acesso".

"Muitas vezes o racismo é evidente, mas impossível de ser caracterizado dentro da lei. A Lei Afonso Arinos é castrada, é contra o negro e uma armadilha. Por causa disso, há casos que evitamos denunciar para não desmoralizar a pessoa discriminada. De acusadora, com efeito, a vítima pode acabar sendo acusada por injúria e difamação", reclama o sociólogo.

A Lei Estadual 962, que proíbe qualquer restrição ao acesso por entradas, pátios e elevadores sociais dos edifícios, também é ineficaz para punir casos de racismo, como os denunciados em março, pela imprensa carioca, envolvendo empresas de negros e síndicos do bairro de Vila Militar, no Leblon, e Seta da Amazônia, em Laranjeiras. Apesar de ter sido sancionada em 2 de janeiro de 86 pelo governador Leonel Brizola, a Lei 962 não foi regulamentada e, por isso, não estipula penas para quem discrimina, assinala o coordenador do SOS Racismo, para lamentar. "Se mesmo o cânon e a execução pública têm punido o racismo no Brasil".

Simultaneamente a tentativa de caracterizar a discriminação racial, os integrantes do SOS Racismo procuram estimular o sentimento de autoestima da vítima. "Nos casos que não dão em nada, a pessoa fica angustiada como se humano. E preciso que ela, independentemente de as leis brasileiras serem tão apertadas, lembre que tem uma dignidade interna e ensine mecanismos próprios para se defender do racismo", observa Romão. Ele reconhece que com o enquadramento da discriminação como crime

inabarcável na nova Constituição, o racismo não vai acabar.

"Não sou só pelas leis, mas pela auto-estima do negro e pelo crescimento dos grupos de auto-ajuda", diz. "Imagine-se as empregadas domésticas resolverem boicotar os edifícios em que não podem entrar pela frente. Ou o dia em que o negro não entrar em restaurantes que não tenham garçons negros".

O coordenador do SOS Racismo entende que o debate da questão racial, entre brancos e negros, apontará soluções para o problema. "Sempre se tentou mascarar o racismo no Brasil, onde se pode sugar até a mãe da pessoa, mas nunca chamá-la de racista. Como todo mundo tem um amigo negro, isso muitas vezes encobre a culpa. O branco pode até ver que há racismo, mas não admite que leva vantagem com isso", ele afirma. De acordo com Romão, um dos êxitos do SOS tem sido o diálogo, mediante das pessoas denunciadas, embora recorrendo a evasivos, vem acionando conversas com os integrantes do grupo.

Criado em 85, como SOS Negro, após oito anos da atuação de voluntários contra a discriminação racial, o programa do IPCN já vem recebendo denúncias de estados como Santa Catarina e Minas Gerais. Pela telefonia do SOS Racismo — 252-7463 —, tem chegado também vários convites para debates e palestras em escolas. "Mas para falar sobre o racismo, não sobre a Abolição", ressalta João Marcos Aurino Romão, amoldando as comemorações feitas pelo aniversário da Lei Auréa — "um pouco um erro em relação ao movimento da época, tanto que de 18 para cá não se meteu uma palha na estrutura social criada com a força do trabalho escravo".

As críticas aos festejos oficiais, adianta Romão, são levadas às ruas dia 11 de maio, em manifestações de negros no centro do Rio.

Elisabeth, "sem-vergonha"

Vende-se uma agência de turismo. A transação passou como mais um negócio trivial de mercado, não fosse o motivo inusitado: a adaptação da proprietária, a senhora Elisabeth da Silva Zolner, 24, negra, ao racismo no Rio de Janeiro, para onde voltou há um ano, casada com um sulco, após viver 10 anos na Europa. Mãe de um menino de sete meses, ela quer mudar-se até o fim do ano com o marido para um país europeu, como a Itália, porque se sente cansada de ser discriminada.

"Estou em meu país e, ao mesmo tempo, não estou. Como posso viver aqui se, todos os dias, tenho de brigar com alguém ou aceitar ser chamada de negra tua e sem-vergonha? Na Europa nunca tive esse problema. Lá, as pessoas são respeitadas não pela sua cor, mas pelo que fazem", diz Elisabeth.

Moradora do Leme, formada em hotelaria, ela conta que é discriminada frequentemente tanto na atividade profissional quanto na vida particular. Sua agência, especializada na recepção de turistas sulcos, já trouxe mais de dois mil em seis meses de funcionamento, capitalizando para o Brasil cerca de US\$ 2 milhões. Nem por isso Elisabeth deixa de enfrentar problemas em hotéis e restaurantes, quando precisa firmar contratos para o atendimento dos clientes europeus.

"Enquanto combinei por telefone e não apareço nas ruas, tudo bem. Quando vou e me apresento, sinto que não me esperavam, negra. E muitas vezes os problemas começam aí", ela reclama. Elisabeth relata que um desses episódios ocorreu no Hotel Meridien, em Copacabana, no início do ano. "Cheguei, me dirigiu a recepção e fui para o elevador, pois a direção ficou no quinto andar. Foi repente fui retirada pelo segurança e tive de ligar para a agência. Não acreditaram que era eu mesma".

A maioria das vezes porém Elisabeth é discriminada nas ruas, em lojas e restaurantes e até na praia. "Com exceção do Maruê, em Copacabana, e do Le Stricte, em Ipanema, nos restaurantes que eu frequento sempre sou servida depois de meu marido, embora a negra dos garçons seja servir as mulheres primeiro". Em biquêes da Zona Sul, ela conta que as vendedoras não conseguem esconder o desdém de atender uma freguesia negra. "Peço para ver um vestido, por exemplo, e vão logo me dizendo o preço. Tenho de insistir para poder ver".

Quando sai com o marido e o bebê, Elisabeth mais de uma vez foi chamada de prostituta. Ou o que ela afirma ser comum, e confundida com baba. "Um dia desses estivamos na praia e uma brasileira, que estava com uma turista

alemã, chegou e foi dizendo, quer dizer que você é a baba desse menino? Que maravilha. Então você mora na Europa?".

O episódio de discriminação racial mais recente envolvendo o casal, conta Elisabeth, ocorreu no hotel Hippocratus, em Ipanema, no fim do ano passado. Quando iam pagar a conta, o marido pegou o talão de cheques de Elisabeth e pediu ao garçon que preenchesse. Depois devolveu a ela para assinar. "Falaram, então, que não aceitavam, me insultaram e me tentaram parar fora, enquanto meu marido ficou preso lá dentro. Chamei a polícia e fui parar com o gerente na 13ª DP (Copacabana). Só aceitaram o cheque depois que o delegado veio para minha casa, confirmou que eu tinha um filho e que era eu mesma".

Elisabeth conta que pensou em processar a Brasil por práticas de racismo e danos morais, desistindo porque "o advogado pediu US\$ 85 mil para pagar a causa". Dificuldades como essa, ela afirma, desestimulam as reclamações quando é discriminada.

Só no problema em dobro, por ser negra e casada com um europeu.

Não há ninguém do nosso lado. Se procurar a polícia, logo querem dinheiro, quando vêem que ele é tu suco Otto Zolner, 42) e estrangeiro".

João Mendes

Willis, "crioulo vadio", "marginal"

Desempregado, vivendo de biscate como sergente numa obra em Ipanema, Willis da Silva, 24, negro, ouvia rádio no portão de sua casa, na favela de Vigarão Negro, quando chegaram soldados do 15º Batalhão da PM. "Não me pediram documentos. Foram logo mandando pôr as mãos para trás, para me almagar", conta Willis, que foi espancado, levado à 3ª DP (Flaviana) e mantido preso durante 13 dias, por vadiagem.

A prisão sumária de Willis, ocorrida às 8h30min de 4 de fevereiro, exemplifica condutas comuns da polícia frente à população favelada da cidade. "Ja exist a carta mandada em razão da cor", afirma o presidente da Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Fafelrij), Naldio Ferreira de Souza, 66, que estufa em mais de 50% o percentual de negros entre os 2,5 milhões de moradores das 428 favelas cariocas.

Na falta de qualquer prova para enquadrar criminalmente os chamados "vadiões", que nas favelas poucas vezes detram de ser negros, o recurso policial costuma ser o delito de vadiagem, inafiançável, conforme prevê a velha Lei das Contravenções Penais do Decreto-Lei Federal 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Artigo 59, vadiagem) e "entregar-se a qualquer atividade que não seja para meios bastantes de subsistência".

Caso Willis, para os policiais, foi o de Willis Negro, favelado, seu delito era ouvir rádio na frente de casa, sem estar mal vestido e calçando tênis de marca Rumba. Tudo comprovadamente comprovado, conforme atestaram notas fiscais levadas à delegacia pelo pai do rapaz, o empregado de limpeza Carlos Roberto da Silva, 46, nove filhos. Mesmo assim, Willis somente foi solto depois que a Fafelrij apelou ao SOS Racismo e conseguiu um advogado, quando o caso parou na 27ª Vara Criminal.

Padre diz em aula de Teologia que negro é acomodado

O negro é acomodado e por isso é dado às artes, música e dança. As oportunidades existem para todos, mas os negros, por terem resistência física, se adaptam melhor aos trabalhos que exigem esforço. As ideias, que parecem ter saído de um manual do apartheid, são expostas regularmente na aula de Teologia, Pessoa e Mensagem de Cristo pelo professor e padre Jacob Irineu Berviani da Universidade Santa Ursula, segundo o aluno de Biblioteconomia George Cunha, 23.

Espantado com o procedimento do padre, George resolveu questionar o mas padre Irineu explicou calmamente que as famílias negras não incentivam as crianças a estudar e que um exemplo de negro bem sucedido era o Fêle "que embora tivesse sido jogador de futebol, não conseguiu estudar". Irineu disse que a educação no Brasil não é um problema racial, mas social. Padre Irineu, porém, voltou a afirmar que as oportunidades existem e que os negros é que não sabem aproveitá-las.

Estudante e professor tiveram ainda outra discussão e mais uma vez o padre, esquecendo-se que este ano a companhia da fraternidade tem como slogan Vidas Rucas um só. Foi justamente para fazer uma homenagem aos negros no centenário da Abolição, afirmou que o negro não se impõe porque tem como característica racial a acomodação. Segundo ele, o negro sempre teve condições no Brasil de chegar a algum lugar, só que nunca soube aproveitar.

Profissional pelos alunos, padre Jacob Irineu Berviani tem evitado, ao assunto respondendo, vir a evasivos e se negando a discutir novamente o problema em sala de aula. A um deles, padre Jacob disse que o assunto o revolta porque o estudante tinha a impressão de seus antepassados, o que deixou George ainda mais chateado com a atitude do religioso. "E voltou a falar na mesma teia: 'A tendência é que eles passem a lutar, mas, embora tenham sempre como característica a acomodação que lhes impede de chegar a algum lugar'".



dia 4 de março: A cabeleireira Manizete de Sousa Pio é barrada no Hotel Gloria



dia 12 de março: a doméstica Vera Lucia Ferreira da Silva é proibida de usar o elevador social de um prédio no Leblon. Desobedece a ordem da síndico e, como castigo, fica presa no elevador.



dia 17 de março: o bispo da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa, Antônio Luiz de Carvalho é preso no campo de Santana e acusado pela polícia de 1) ter assaltado um banco; 2) se apresentar como falso bispo. Antônio era bispo e não tinha assaltado banco algum.



Casada com o sulco Otto Zolner e mãe de um menino de sete meses, Elisabeth quer deixar o país: "Como posso viver aqui se, todos os dias, tenho de brigar com alguém?"



Maria de Fátima e Lillian Carla: mais duas vítimas de racismo que recorreram ao IPCN

145 ^{RECORRAR} Instituto investiga mais duas denúncias de racismo

A Assessoria Jurídica do movimento SOS-Racismo, do Instituto de Pesquisa de Culturas Negras (IPCN), está apurando mais duas denúncias de discriminação racial no Rio: a de uma brasileira que viveu 4 anos na França e se queixou de ter sido agredida por PMs, quando aguardava um ônibus frescão no Leblon, em companhia de um casal de franceses; e a de uma professora branca ameaçada de expulsão do prédio em que mora por receber lá negros do Projeto Zumbi, no qual trabalha.

Lillian Carla Dioclécio, negra, 17 anos, que estudou 4 anos na França, contou que por volta das 14 horas do dia 15 aguardava o frescão na praia do Leblon, em frente ao restaurante Caneco 70, para levar um casal de amigos franceses - Laurent e Marianne - ao Aeroporto Internacional. Junto a eles parou um patamaro do 19º BPM do qual saltaram três policiais (um dos quais negro).

- Um deles nem me pediu docu-

mentos e foi puxando minha bolsa e mexendo no que havia dentro. Perguntei-lhe, indignada, se ele queria passar o meu batom, que tinha aberto, ele me deu um tapa na boca, que sangrou e inchou. Ele continuou a remexer na bolsa e me deu mais dois tapas, na cabeça. Sem achar nada de errado, foi embora com os outros.

Queixa

Em companhia da mãe, Dulcinéia Dioclécio, Lillian apresentou queixa contra os PMs na 14ª DP (Leblon) e no 19º BPM. Dona Dulcinéia contou que no 19º BPM o Capitão Vinícius anotou a queixa e prometeu chamá-la em 15 dias para dar uma satisfação. Acrescentou que anteontem o sargento Atanásio lhe telefonou convidando Lillian a ir ao Batalhão, possivelmente para uma acareação com os PMs acusados. Ela decidiu, porém, procurar primeiro um advogado e contar o caso ao IPCN:

- Fiquel chocada com a agressão à minha filha, só porque ela é negra.

Wilson Prudente, do IPCN, informou que Dulcinéia e Lillian irão ao 19º BPM em companhia de um advogado do SOS-Racismo.

O segundo caso de racismo foi denunciado pela professora branca Maria de Fátima da Rosa Pinheiro, que se diz ameaçada de expulsão do prédio em que mora, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, 80, Bairro de Fátima, por participar do Projeto Zumbi, de combate ao racismo e resgate da cultura negra. Maria de Fátima disse ter sido informada de que o síndico, Nelson, está correndo um abaixo-assinado entre os moradores para expulsá-la sob a alegação de que costuma receber em seu apartamento "negros mal encarados". Ela se queixa de que os moradores a acusam de querer criar lá uma senzala e jogam lixo na varanda de seu apartamento. Wilson Prudente, do IPCN, disse que vai interpelar o síndico sobre o abaixo-assinado.



ש

ש

ש

ש

ש

ש

ÍNDICE DE PESSOAS FÍSICAS

- JOÃO ANDRADE ROMÃO. 03
- WILSON ROBERTO PRUDENTE. 03

ÍNDICE DE PESSOAS JURÍDICAS

- INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS. IPCN.
02, 04, 10, 16, 17, 22 e 23
- MOVIMENTO NEGRO. 04
- MOVIMENTO SOS RACISMO. 02 a 04, 17, 22 e 23

FIMM